

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	27
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	83
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	205.057
Preferenciais	203.917
Total	408.974
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,19821
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,19821
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,19821

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	68.434.242	68.246.945
1.01	Ativo Circulante	36.325.649	31.760.901
1.01.01	Disponibilidades	810.734	937.080
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	636.754	1.782.724
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	200.002	1.280.278
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	436.752	502.446
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	10.653.658	5.513.573
1.01.03.01	Carteira Própria	5.234.934	3.558.669
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	4.949.884	1.342.333
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	62.300	133.341
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	406.540	479.230
1.01.04	Relações Interfinanceiras	10.522.633	9.910.649
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	125.416	2.404
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	10.363.990	9.873.898
1.01.04.03	Convênios	69	66
1.01.04.04	Correspondentes	33.158	34.281
1.01.05	Relações Interdependências	34.135	56.811
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.147	1.432
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	30.988	55.379
1.01.06	Operações de Crédito	9.754.715	9.612.687
1.01.06.01	Setor Público	11.098	11.519
1.01.06.02	Setor Privado	10.142.202	9.964.148
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	5.942	6.119
1.01.06.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-404.527	-369.099
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	21.550	23.452
1.01.07.01	Setor Público	2.828	2.925
1.01.07.02	Setor Privado	20.103	21.851
1.01.07.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-1.381	-1.324
1.01.08	Outros Créditos	3.796.044	3.824.865
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	723.336	735.190
1.01.08.03	Rendas a Receber	135.194	136.036
1.01.08.05	Diversos	3.046.495	3.058.502
1.01.08.06	Provisão para Outros Créditos	-108.981	-104.863
1.01.09	Outros Valores e Bens	95.426	99.060
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	2.955	2.648
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	92.471	96.412
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.626.109	34.034.080
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	11.065.055	15.628.393
1.02.02.01	Carteira Própria	9.742.000	10.313.630
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	250.303	4.275.690
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	73.569	38.718
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	624.959	606.632
1.02.02.05	Vinculados à Prestação de Garantias	374.224	393.723
1.02.03	Relações Interfinanceiras	911.099	893.657
1.02.03.01	Sistema Financeiro da Habitação	911.099	893.657

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.05	Operações de Crédito	15.218.415	15.026.651
1.02.05.01	Setor Público	62.467	67.700
1.02.05.02	Setor Privado	17.314.939	17.061.827
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	36.832	38.703
1.02.05.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-2.195.823	-2.141.579
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	21.975	24.144
1.02.06.01	Setor Público	1.197	1.201
1.02.06.02	Setor Privado	26.514	28.300
1.02.06.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-5.736	-5.357
1.02.07	Outros Créditos	2.300.131	2.352.219
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	148	7.713
1.02.07.03	Diversos	2.348.819	2.409.363
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos	-48.836	-64.857
1.02.08	Outros Valores e Bens	109.434	109.016
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	102.516	93.816
1.02.08.02	Provisão para Desvalorização	-34.830	-32.861
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	41.748	48.061
1.03	Ativo Permanente	2.482.484	2.451.964
1.03.01	Investimentos	1.044.246	989.177
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.037.517	982.448
1.03.01.04	Outros Investimentos	11.514	11.514
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-4.785	-4.785
1.03.02	Imobilizado de Uso	150.898	153.792
1.03.02.01	Imóveis de Uso	113.841	113.934
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	600.365	597.575
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-563.308	-557.717
1.03.04	Intangível	1.287.340	1.308.995
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	1.477.548	1.467.456
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-190.208	-158.461

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	68.434.242	68.246.945
2.01	Passivo Circulante	27.287.308	26.959.106
2.01.01	Depósitos	13.853.075	14.063.619
2.01.01.01	Depósitos a Vista	2.598.004	3.028.673
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	7.705.484	7.608.229
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	153.905	174.508
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	3.395.682	3.252.209
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	5.196.055	5.610.523
2.01.02.01	Carteira Própria	5.196.055	5.610.523
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.334.833	848.758
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.334.833	848.758
2.01.04	Relações Interfinanceiras	260.137	2.102
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	258.291	2.102
2.01.04.03	Correspondentes	1.846	0
2.01.05	Relações Interdependências	302.656	183.463
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	302.189	183.449
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	467	14
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	877.971	949.234
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	877.971	949.234
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	736.882	759.017
2.01.07.01	Tesouro Nacional	152.928	147.351
2.01.07.02	BNDES	381.903	403.527
2.01.07.03	CEF	5.936	5.942
2.01.07.04	FINAME	195.702	201.854
2.01.07.05	Outras Instituições Oficiais	413	343
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	2.177	2.238
2.01.09	Outras Obrigações	4.723.522	4.540.152
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	202.114	62.977
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	29.534	13.711
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	38.647	38.719
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	417.654	446.440
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	882.121	884.293
2.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	91.669	174.524
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	122.074	131.205
2.01.09.09	Diversas	2.939.709	2.788.283
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	34.665.025	34.847.316
2.02.01	Depósitos	29.248.669	28.758.766
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	123.948	155.406
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	29.124.721	28.603.360
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	771.223	1.130.180
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	771.223	1.130.180
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.814	2.650
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	1.814	2.650
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.789.533	1.853.709

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.07.02	BNDES	1.234.864	1.267.538
2.02.07.03	CEF	49.170	50.282
2.02.07.04	FINAME	503.220	533.676
2.02.07.05	Outras Instituições Oficiais	2.279	2.213
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	4.922	5.625
2.02.09	Outras Obrigações	2.848.864	3.096.386
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	510.140	508.104
2.02.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	436.382	424.046
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas	1.638.213	1.701.168
2.02.09.05	Diversas	264.129	463.068
2.05	Patrimônio Líquido	6.481.909	6.440.523
2.05.01	Capital Social Realizado	4.500.000	4.500.000
2.05.02	Reservas de Capital	4.511	4.511
2.05.04	Reservas de Lucro	2.085.820	2.085.820
2.05.04.01	Legal	423.971	423.971
2.05.04.02	Estatutária	1.464.832	1.464.832
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	197.017	197.017
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-155.891	-149.808
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	47.469	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.560.264	2.587.368
3.01.01	Operações de Crédito	1.630.676	1.671.558
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	2.345	2.426
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	660.422	625.141
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-91.503	-10.059
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	29.530	15.567
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	299.737	265.288
3.01.07	Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	29.057	17.447
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.726.792	-1.764.654
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.267.594	-1.279.174
3.02.02	Operações de Empréstimos Cessões Repasses	-84.433	-60.538
3.02.05	Provisão para Operações de Crédito	-374.765	-424.942
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	833.472	822.714
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-681.316	-538.023
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	257.133	231.446
3.04.02	Despesas de Pessoal	-556.792	-401.407
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-365.506	-294.294
3.04.04	Despesas Tributárias	-84.329	-82.353
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	112.829	96.437
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-109.007	-152.743
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	64.356	64.891
3.05	Resultado Operacional	152.156	284.691
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	152.156	284.691
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-83.405	-173.685
3.09	IR Diferido	83.244	102.261
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-23.465	-25.190
3.10.01	Participações	-23.465	-25.190
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	128.530	188.077
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,31427	0,45987

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	128.530	188.077
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.083	2.268
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-6.083	2.268
4.03	Resultado Abrangente do Período	122.447	190.345

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-628.702	521.534
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	512.086	602.100
6.01.01.01	Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	152.156	284.691
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	46.781	11.780
6.01.01.03	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-64.356	-64.891
6.01.01.05	Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	-36.828	-108.793
6.01.01.06	Provisão para Operações de Crédito	374.765	424.942
6.01.01.07	Provisão /Reversão para Perdas de Securitização	1	1
6.01.01.08	Provisão para Contingências	39.567	54.370
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.140.788	-80.566
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	2.370	-90.571
6.01.02.03	(Aumento) em Títulos para Negociação	-107.040	-100.361
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	-34.329	1.176.087
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-229.522	345.512
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-690.869	255.071
6.01.02.07	Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	3.663	64
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Créditos	63.629	-25.325
6.01.02.09	Redução em Outros Valores e Bens	3.216	20.269
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Depósitos	279.359	-1.073.607
6.01.02.11	(Redução) em Captação no Mercado Aberto	-414.468	-853.302
6.01.02.12	Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.118	322.268
6.01.02.13	(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-159.174	-410.558
6.01.02.14	Aumento em Outras Obrigações	81.878	425.122
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-66.619	-71.235
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-517.058	-412.844
6.02.01	Dividendos Recebidos de Controladas	9.030	0
6.02.02	(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	-13.021	-33.880
6.02.03	(Aumento) em Títulos Mantidos até o Vencimento	-491.092	-370.221
6.02.04	Alienação de Investimentos	0	204
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	28	19
6.02.06	Baixa do Intangível	810	0
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-679	-115
6.02.08	Aquisição de Imobilizado de Uso	-4.142	-6.523
6.02.09	Aplicação no Intangível	-17.992	-2.328
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-116.319	-18.017
6.03.03	Dívidas Subordinadas	26.111	136.146
6.03.04	Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	-61.369	-77.959
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-81.061	-76.204
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.867	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.269.946	90.673
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.287.046	1.371.952
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.017.100	1.462.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.500.000	4.511	0	2.085.820	0	-149.808	6.440.523
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.500.000	4.511	0	2.085.820	0	-149.808	6.440.523
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	128.530	0	128.530
5.05	Destinações	0	0	0	0	-81.061	0	-81.061
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-81.061	0	-81.061
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.083	-6.083
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.07.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-438	-438
5.07.05	Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	0	0	-7.867	-7.867
5.13	Saldo Final	4.500.000	4.511	0	2.085.820	47.469	-155.891	6.481.909

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.250.000	4.511	0	1.940.896	0	10.699	6.206.106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.250.000	4.511	0	1.940.896	0	10.699	6.206.106
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	188.077	0	188.077
5.05	Destinações	0	0	0	0	-76.204	0	-76.204
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-76.204	0	-76.204
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.268	2.268
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.426	2.426
5.07.04	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	0	0	0	0	0	-70	-70
5.07.05	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-88	-88
5.13	Saldo Final	4.250.000	4.511	0	1.940.896	111.873	12.967	6.320.247

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	2.555.455	2.491.103
7.01.01	Intermediação Financeira	2.560.258	2.588.162
7.01.02	Prestação de Serviços	257.133	231.446
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-374.765	-424.942
7.01.04	Outras	112.829	96.437
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.352.027	-1.339.712
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-401.611	-410.338
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-264.398	-301.371
7.03.02	Serviços de Terceiros	-137.219	-108.173
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	6	-794
7.04	Valor Adicionado Bruto	801.817	741.053
7.05	Retenções	-46.781	-11.780
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.781	-11.780
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	755.036	729.273
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.356	64.891
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	64.356	64.891
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	819.392	794.164
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	819.392	794.164
7.09.01	Pessoal	516.186	371.126
7.09.01.01	Remuneração Direta	410.960	280.080
7.09.01.02	Benefícios	86.387	73.258
7.09.01.03	F.G.T.S.	18.839	17.788
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	148.561	209.248
7.09.02.01	Federais	134.426	196.093
7.09.02.02	Estaduais	10	67
7.09.02.03	Municipais	14.125	13.088
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.115	25.713
7.09.03.01	Aluguéis	26.115	25.713
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.530	188.077
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	81.061	76.204
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.469	111.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	0	70.154.958
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	12.619.610
1.01.01	Disponibilidades	0	937.520
1.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	0	1.305.746
1.01.03	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	502.446
1.01.04	Depósitos Compulsórios no Banco Central	0	9.873.898
1.02	Aplicações Financeiras	0	21.461.887
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	4.821.193
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	3.572.487
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	1.076.647
1.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	172.059
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	16.640.694
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	16.640.694
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	31.487.524
1.03.01	Empréstimos e Recebíveis	0	30.508.335
1.03.02	Provisão para Impairment	0	-2.312.919
1.03.03	Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	0	3.292.108
1.04	Tributos Diferidos	0	1.895.957
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.895.957
1.05	Outros Ativos	0	889.723
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	63.691
1.05.03	Outros	0	826.032
1.06	Investimentos	0	102.850
1.07	Imobilizado	0	382.181
1.07.01	Imobilizado de Uso	0	382.181
1.08	Intangível	0	1.315.226
1.08.01	Intangíveis	0	1.315.226

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	0	70.154.958
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	2.430.943
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	57.872.881
2.03.01	Captações com Clientes e Bancos	0	42.539.665
2.03.02	Captações no Mercado Aberto	0	5.453.373
2.03.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0	1.978.938
2.03.04	Obrigações por Repasses	0	2.620.589
2.03.05	Obrigações por Empréstimos	0	953.917
2.03.06	Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	4.326.399
2.04	Provisões	0	1.183.867
2.04.01	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outros	0	1.183.867
2.05	Passivos Fiscais	0	477.778
2.05.01	Correntes	0	254.227
2.05.02	Diferidos	0	223.551
2.06	Outros Passivos	0	1.463.794
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	6.725.695
2.08.01	Capital Social Realizado	0	4.500.000
2.08.02	Reservas de Capital	0	4.511
2.08.04	Reservas de Lucros	0	2.256.349
2.08.04.01	Reserva Legal	0	423.971
2.08.04.02	Reserva Estatutária	0	1.464.832
2.08.04.10	Outras Reservas de Lucro	0	367.546
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-38.068
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	2.903

Comentário do Desempenho

CENÁRIO ECONÔMICO

No ambiente internacional, a despeito do recrudescimento de importantes elementos de incerteza, a melhora da performance global ao longo do primeiro trimestre de 2017, determinada, em particular, pelas economias avançadas, se materializou em prolongamento do intervalo benigno às economias emergentes, contribuindo para a redução da taxa média de risco e para o desempenho positivo dos ativos nestes mercados. Frente a essas condições, a autoridade monetária dos EUA prosseguiu com o ciclo de normalização da política monetária norte-americana, aumentando a taxa básica de juros. Na Europa, a conjuntura econômica manteve evolução positiva, com melhora dos indicadores de atividade e de inflação, acompanhada de acomodação dos riscos políticos. Por sua vez, na China, ações de suporte fiscal e monetário contribuíram para a manutenção da atividade econômica em ritmo compatível com as metas de crescimento estabelecidas para o País.

No Brasil, não obstante os sinais de estabilização, a atividade econômica doméstica manteve-se enfraquecida, em linha com a continuidade do movimento de distensão do mercado de trabalho e com o arrefecimento das operações de crédito. Por outro lado, a inflação apresentou dinâmica favorável, condizente com o comportamento benigno dos preços dos alimentos e do câmbio. Ademais, o processo de desinflação mostrou-se difundido, atingindo componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, o que contribuiu para a flexibilização mais intensa da taxa de juros, a qual passou a 12,25% ao ano, ao final do trimestre.

No Rio Grande do Sul, embora tenham predominado os efeitos adversos do baixo dinamismo da atividade econômica ao longo desse período, observou-se melhora razoável de indicadores de confiança, refletindo os avanços positivos da conjuntura nacional, em particular a redução da inflação e dos juros e os esforços para a implementação de reformas estruturais. Nesse contexto, o mercado de trabalho do Estado permaneceu em distensão, com aumento do desemprego, ainda que a taxas menores. De forma semelhante, o mercado de crédito seguiu em contração, com ligeira melhora das condições no segmento de pessoa física. Por outro lado, o comércio exterior gaúcho manteve desempenho favorável, a despeito da valorização cambial recente. Com efeito, no acumulado de janeiro a março de 2017, a balança comercial registrou superávit de US\$526,9 milhões, ante saldo positivo de US\$1,0 bilhão no mesmo período de 2016, resultado do crescimento de 18,1% das exportações e de 19,2% das importações.

ESTRATÉGIA COMERCIAL

A estratégia de negócios do Banrisul, no primeiro trimestre de 2017, permaneceu focada na ampliação das receitas com produtos e serviços, no incremento da captação de recursos de forma diversificada e na qualidade do crédito. No segmento de pessoas físicas, as linhas priorizadas abrangeram o crédito consignado a servidores públicos estaduais, municipais, federais e aposentados do INSS e o Cartão Consignado INSS, por serem modalidades de menor risco. Para incentivar a adimplência e o consumo de produtos e serviços, a Instituição lançou a campanha *Sorte Grande Banrisul*, que prevê premiações através de sorteios mensais de 100 títulos de capitalização de R\$1,0 mil e de um título mensal de R\$30,0 mil.

No segmento empresarial, foi lançada a *Conta + Banrisul|Vero*, visando ao estímulo da aquisição e do domicílio bancário, bem como ao fortalecimento das marcas, em especial, junto aos ramos de comércio e serviços. A *Conta + Banrisul|Vero* possibilita descontos no pacote de tarifas de acordo com o faturamento do cliente em máquina Vero. A conquista de novos convênios para serviços de cobrança eletrônica também se constituiu em prioridade dentre as ações comerciais.

Como patrocinador, no primeiro trimestre de 2017, o Banrisul apoiou diversos projetos na capital e no interior do Estado, estando presente em feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e educação, sendo que parte desses projetos foram patrocinados com a utilização de benefícios fiscais concedidos pelas leis federais de incentivo à cultura e ao esporte. Dentre os projetos de maior expressão, destaca-se, no período, o patrocínio da Expodireto Cotrijal, Concertos Banrisul para Juventude e Casa de Cultura Mario Quintana. O Banrisul contemplou, ainda, diversas modalidades esportivas,

Comentário do Desempenho

tais como futsal, basquete e futebol, através do patrocínio às equipes gaúchas participantes do Campeonato Brasileiro.

No primeiro trimestre de 2017, além do lançamento da campanha *Sorte Grande Banrisul*, foi dada continuidade às campanhas publicitárias *Banrisul O grande banco do sul*, centrada em produtos e serviços bem como na efetiva contribuição do Banco na vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades, e *Banrisul Te Conecta*, focada na divulgação de soluções tecnológicas criadas pelo Banco, em diferentes plataformas de acesso, de modo a facilitar e agilizar a vida dos clientes.

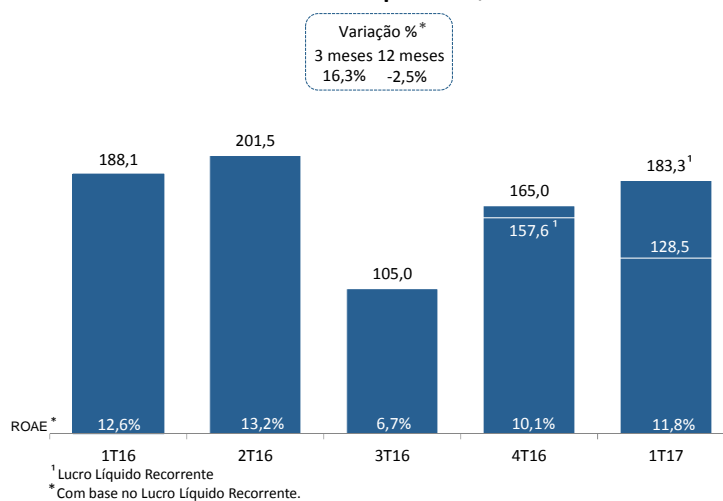
DESEMPENHO CONSOLIDADO

LUCRO LÍQUIDO

O Banrisul registrou lucro líquido de R\$128,5 milhões no primeiro trimestre de 2017. O resultado recorrente alcançou R\$183,3 milhões, 2,5% abaixo do apurado no mesmo trimestre de 2016. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 11,8%. O desempenho, no primeiro trimestre de 2017, reflete os efeitos da relativa melhora do ambiente de risco que perdurou durante o exercício de 2016, além dos impactos do lançamento do Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV.

Do resultado gerado, R\$81,1 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio e R\$47,5 milhões foram os lucros retidos do período. A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, no primeiro trimestre de 2017, alcançou o total de R\$877,2 milhões, dos quais R\$519,3 milhões ou 59,2% foram para pagamento do quadro funcional, R\$203,6 milhões ou 23,2% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$25,6 milhões ou 2,9% para remuneração de capitais de terceiros e R\$128,7 milhões ou 14,7% para remuneração de capitais próprios.

Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$ Milhões

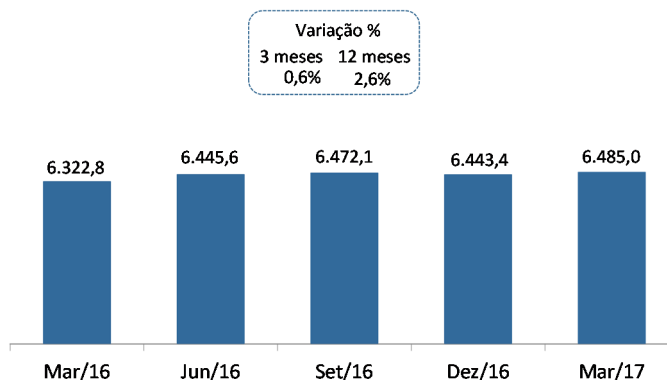


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu R\$6.485,0 milhões em março de 2017. A expansão de R\$162,1 milhões ou 2,6% em um ano teve como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial, referentes aos benefícios pós emprego (CPC 33 - R1) e dos ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Comentário do Desempenho

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



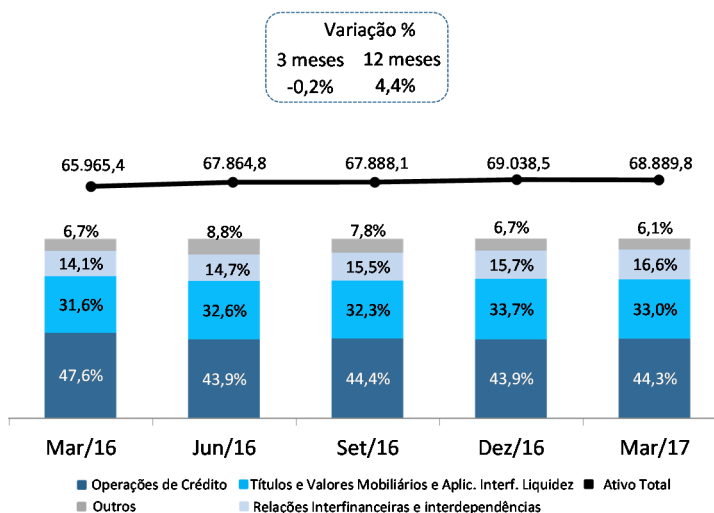
ATIVO TOTAL

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$68.889,8 milhões em março de 2017, com expansão de 4,4% em relação aos R\$65.965,4 milhões registrados em março de 2016, ampliação proveniente, especialmente, do aumento dos depósitos. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 44,3% de operações de crédito, 33,0% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 16,6% de relações interfinanceiras e interdependências e 6,1% de outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$22.747,7 milhões ao final de março de 2017, com crescimento de 9,3% sobre a posição registrada em março de 2016, evolução motivada pelo aumento da captação de depósitos e pela redução dos ativos de crédito, num contexto de incremento dos recolhimentos compulsórios e do ativo diferido.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito, no conceito ampliado, alcançou R\$31.237,3 milhões em março de 2017, valor que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou R\$30.540,0 milhões em março de 2017, com decréscimo de R\$833,5 milhões ou 2,7% nos doze meses, face, especialmente, à carteira comercial pessoa Jurídica, que registrou saldo de R\$7.464,2 milhões, com redução de R\$1.362,0 milhões ou 15,4% em um ano, refletindo os ajustes na política de exposição em crédito, face ao ambiente de maior risco.

Comentário do Desempenho

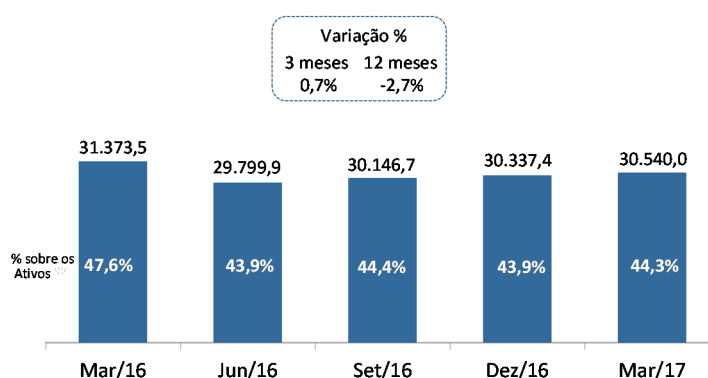
O crédito comercial às pessoas físicas alcançou R\$14.206,7 milhões, incluídas as transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, com crescimento de R\$1.366,3 milhões ou 10,6%, evolução impactada pela reclassificação de operações com cartões de crédito e débito. A partir do segundo semestre de 2016, os valores a receber de operações com cartões de crédito e débito, antes consideradas sem características de crédito, passaram a ser classificados na carteira de crédito, conforme determinação do Bacen. Ajustado o período base de comparação pela nova classificação do cartão de crédito, a carteira comercial pessoa física apresentou crescimento de 1,4% ou R\$201,3 milhões. Do saldo de crédito consignado, R\$10.064,4 milhões, R\$5.589,1 milhões referem-se a operações provenientes das agências do Banrisul, R\$3.451,7 milhões constituem-se de operações geradas pelos Correspondentes e R\$1.023,6 milhões são relativas a operações adquiridas de outras instituições.

A carteira de crédito imobiliário totalizou R\$3.835,6 milhões em março de 2017, apresentando relativa estabilidade. Desse montante, R\$3.155,3 milhões referem-se à carteira pessoa física. Foram contratados 544 financiamentos imobiliários num total de R\$136,2 milhões no primeiro trimestre de 2017. No período, houve alteração na política nacional de financiamento imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, relativamente ao valor de utilização do FGTS para aquisição de imóveis residenciais novos durante o ano de 2017.

No crédito rural, o saldo alcançou R\$2.585,7 milhões em março de 2017, com retração de R\$110,9 milhões ou 4,1% em doze meses. A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R\$1.587,6 milhões em março de 2017, com diminuição de R\$577,1 milhões ou 26,7% em relação ao mesmo mês de 2016. O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$736,1 milhões em março de 2017, com retração de R\$126,5 milhões ou 14,7% em relação a março de 2016.

Por níveis de risco, a classificação da carteira segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. No final de março de 2017, as operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$26.583,0 milhões, representando 87,0% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$2.181,0 milhões, correspondendo a 7,1% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, somou R\$1.776,0 milhões ou 5,9% do total.

Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Em março de 2017, o total de recursos captados e administrados registrou saldo de R\$57.392,9 milhões. Os depósitos totais alcançaram R\$43.075,4 milhões no período, com incremento de 14,6% ou R\$5.495,5 milhões em doze meses. O Banco manteve política de captação pulverizada. Os depósitos a prazo, que compõem 56,6% dos recursos captados e administrados, apresentaram saldo de R\$32.500,4 milhões, com expansão de 19,7% ou R\$5.348,8 milhões em doze meses. Os depósitos de poupança, 13,4% da captação total, apresentaram aumento

Comentário do Desempenho

de 3,2% ou R\$238,9 milhões, alcançando R\$7.705,5 milhões em março de 2017. Os depósitos à vista, que compõem 4,5% do montante total de recursos, apresentaram relativa estabilidade no período, somando R\$2.591,7 milhões. Os recursos de letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, que compõem 3,2% da captação total, apresentaram redução de 30,4% ou R\$812,0 milhões, face ao vencimento da segunda série de letras, alcançando R\$1.859,0 milhões em março de 2017. As dívidas subordinadas, compondo 3,1% da captação total, registraram saldo de R\$1.760,3 milhões, com decréscimo de 9,3% ou R\$180,8 milhões. Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$10.698,2 milhões, 18,6% da captação total ao final de março de 2017, com crescimento de 12,8% ou R\$1.217,8 milhões nos doze meses.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

VERO

Para aprimorar a utilização da rede de adquirência Vero, foram lançados novos produtos e serviços no primeiro trimestre de 2017 que incluem: (i) transação digitada M.O.T.O. (*Mail Order & Telephone Order*) que permite aos estabelecimentos, especialmente dos segmentos de hotelaria, locação de veículos e turismo, realizarem transações e pré-autorizações sem que o portador do cartão esteja presente; (ii) POS móvel de última geração com comunicação 3G e *Wi-Fi* que proporciona rapidez e versatilidade nas transações e mantém, como contingência, a opção GPRS para os casos de indisponibilidade de sinal 3G; e (iii) aplicativo para *smartphones/tablets* Vero NFC-e - funcionalidade integrada com a solução de pagamento Vero *Mobile*, permitindo a emissão de notas fiscais eletrônicas uma vez confirmado o pagamento.

No primeiro trimestre de 2017, foram capturadas 64,7 milhões de transações. A quantidade de transações com cartões de débito totalizou 42,5 milhões, com decréscimo de 9,7%, e com cartões de crédito 22,2 milhões, com redução de 16,8%. Em volume financeiro, o valor transacionado totalizou R\$5,3 bilhões, com queda de 14,3% quando comparado ao mesmo trimestre de 2016. Em cartões de débito, o volume financeiro transacionado foi de R\$2,9 bilhões, com redução de 6,5%. Nos cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas foi de R\$2,4 bilhões, com redução de 22,0%. O desempenho da Vero em volume financeiro e de transações reflete o efeito da diminuição do faturamento de facilitador de grande porte, que passou a operar no mercado como Instituição de Pagamento.

CARTÃO BANRICOMPRAS

Produto exclusivo do cliente Banrisul, que utiliza o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Por meio do cartão de débito da conta corrente, os clientes podem realizar compras à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com *chip*.

No primeiro trimestre de 2017, as operações com o cartão Banricompras totalizaram R\$2,5 bilhões, 9,7% acima do realizado no mesmo período de 2016, registrando 30,5 milhões de transações, 9,9% acima do registrado no primeiro trimestre de 2016.

CARTÕES DE CRÉDITO

A base de cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard chegou a 870 mil no primeiro trimestre de 2017. Nesse período, foram realizadas 12,5 milhões de transações, totalizando R\$1,1 bilhão, com expansão de 18,4% e 6,6%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2016. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito pessoa física e as receitas com cartões BNDES somaram R\$85,4 milhões, 7,1% superiores ao alcançado no mesmo período de 2016.

No mês de março, o Banrisul lançou as carteiras digitais Banrisul *Masterpass* e *Visa Checkout*, permitindo que sejam efetuadas compras *online* sem a necessidade de preencher cadastros ou mesmo digitar os dados do cartão de crédito no momento da compra, oferecendo maior segurança, agilidade e conveniência aos clientes que efetuam compras pela *Internet*.

Comentário do Desempenho

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

O Banco direcionou esforços em campanhas de vendas de seguros de vida, proteção financeira e capitalização nos primeiros meses de 2017, o que possibilitou atingir o faturamento de R\$239,1 milhões, com crescimento de 32,9% frente ao mesmo período do ano anterior. As operações ativas de seguridade alcançaram 2,2 milhões em março de 2017 e incremento de 13,7% em relação ao mesmo mês de 2016. As receitas totais atingiram montante de R\$53,4 milhões no primeiro trimestre de 2017; as receitas provenientes das comissões de seguridade somaram R\$44,5 milhões, com evolução de 27,3% sobre o mesmo trimestre do ano anterior.

CANAIS DIGITAIS

No primeiro trimestre de 2017, os canais de *Internet* e *Mobile Banking* do Banrisul efetuaram 57,3 milhões de operações e movimentaram um montante de R\$63,0 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2016, a quantidade de transações apresentou crescimento de 14,9% e o valor movimentado expandiu 2,3%, com destaque para o *M-Banking*, com incremento de 91,7% no volume transacionado, reflexo da ampliação no uso de dispositivos móveis, da ênfase em divulgação e da facilidade de operação nos canais digitais.

No Banrifone foram efetuados, nos três primeiros meses de 2017, mais de 700 mil acessos no atendimento eletrônico e 76 mil no personalizado. Esse canal gerou movimentação financeira de R\$59,0 milhões, representando retração de 7,5% em relação ao primeiro trimestre de 2016.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

No primeiro trimestre de 2017, a estratégia comercial do Banco, na esfera municipal, seguiu por meio da negociação da aquisição dos serviços de pagamento da folha dos servidores municipais. A ação iniciada em 2016, teve 46 novos contratos negociados em 2017, totalizando 223 municípios ao final de março de 2017, representando 45% do total do Estado. A atuação do Banco preserva o relacionamento com importante segmento de clientes da Instituição.

No primeiro trimestre de 2017, o Banrisul se fez presente no *Seminário dos Novos Gestores*, organizado pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, que teve como tema principal Reconstruindo o Brasil a partir dos Municípios, com aproximadamente 700 participantes, dos quais 165 eram prefeitos e 44 vice-prefeitos com o propósito de orientar os responsáveis pela administração municipal sobre os desafios que serão enfrentados no próximo quadriênio.

REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL

A rede de atendimento Banrisul encerrou o período com 1.237 pontos, distribuídos em 536 agências, das quais 491 no Rio Grande do Sul, 30 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior, 200 Postos de Atendimento Bancário e 501 Pontos de Atendimento Eletrônico. No primeiro trimestre de 2017, foram realizados investimentos em melhorias em três agências do Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Feliz, proporcionando um ambiente moderno e remodelado aos clientes, com o intuito de fortalecer e melhorar a presença do Banrisul.

CORRESPONDENTES BANRISUL - BANRIPONTO

A rede de atendimento do Banrisul abrange também os correspondentes bancários Banripontos Transacionais e Banripontos de Negócios. Ao final do primeiro trimestre de 2017, a Rede estava constituída por 1.399 Banripontos ativos. No período, foram efetuadas 15,1 milhões de transações, movimentando R\$5,2 bilhões. Os Correspondentes de Negócios Banripontos responderam, no período, pelo encaminhamento de 972 propostas de crédito consignado, no montante de R\$4,9 milhões.

No primeiro trimestre de 2017, foi concluída a migração do suporte operacional prestado por telefone à rede de agências, Banripontos e Convênios para plataforma de *Chat Online*. Com a mudança, foram realizados, durante o período, 28.575 atendimentos pelo *Chat* e 4.039 atendimentos telefônicos.

Comentário do Desempenho

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de automóveis, caminhões, motocicletas e imóveis, disponibilizando a utilização das cartas de crédito contempladas também para construção, reforma e ampliação de imóveis. No término de março de 2017, a Banrisul Consórcios contava com uma base de clientes ativos de 46,7 mil consorciados e R\$2,5 bilhões em volume de cartas de crédito. De janeiro a março de 2017, ocorreram 1.977 contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$88,7 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido acumulado registrado no período alcançou R\$8,7 milhões.

BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Empresa opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo e futuro e objetiva, além de incrementar o portfólio de investimentos do Banco, oferecer produtos e ativos com qualidade e segurança, através de suporte técnico aos investidores, auxiliando-os na identificação das melhores oportunidades do mercado de capitais. No primeiro trimestre de 2017, a Banrisul Corretora intermediou R\$387,4 milhões em operações, das quais R\$249,6 milhões ou 64,4% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$487,0 mil.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais atua como permissionária da Receita Federal, desenvolvendo atividades de armazéns gerais e como porto seco, bem como na prestação de serviços públicos de movimentação, armazenagem de mercadorias, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos - GED. O lucro líquido acumulado no primeiro trimestre de 2017 alcançou R\$23,5 mil. A retração do mercado de importação permanece refletida nos resultados da Empresa. Por outro lado, as ações comerciais estão sendo intensificadas junto a outros segmentos, entre eles, pedras ornamentais, cosméticos e medicamentos.

BANRISUL CARTÕES S.A.

A Banrisul Cartões S.A. administra a rede de adquirência Vero e a emissão de cartões de benefícios e empresariais BanriCard. A Vero encerrou o primeiro trimestre de 2017 com 125,7 mil unidades de equipamentos POS e *mobile* instalados e aptos a transacionar, e 104,4 mil estabelecimentos credenciados ativos, 7,6% e 5,0%, respectivamente, superiores aos apurados no mesmo trimestre de 2016. O BanriCard encerrou março de 2017 com 7,7 mil clientes conveniados ativos, com crescimento de 8,9% frente março de 2016; o faturamento do trimestre alcançou R\$316,2 milhões, com aumento de 5,7% em relação ao mesmo período de 2016. O lucro líquido da Banrisul Cartões acumulado no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$49,2 milhões, com aumento de 10,7% em relação a igual período de 2016.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

A Promotora de vendas atua na prestação de serviço de originação de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O saldo de operações de crédito do Banrisul, originadas através da Rede Bem, atingiu R\$3.451,7 milhões ao final do primeiro trimestre de 2017. O lucro líquido acumulado até março de 2017 alcançou R\$465,6 mil.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

O Banco detém 49,9% do capital da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A. Faz parte do grupo econômico a nova seguradora do Banrisul, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., que tem por objetivo ampliar o *market share* e consolidar a marca Rio Grande como uma seguradora de confiança. O lucro líquido acumulado até março de 2017 foi de R\$11,8 milhões.

AÇÕES BANRISUL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de

Comentário do Desempenho

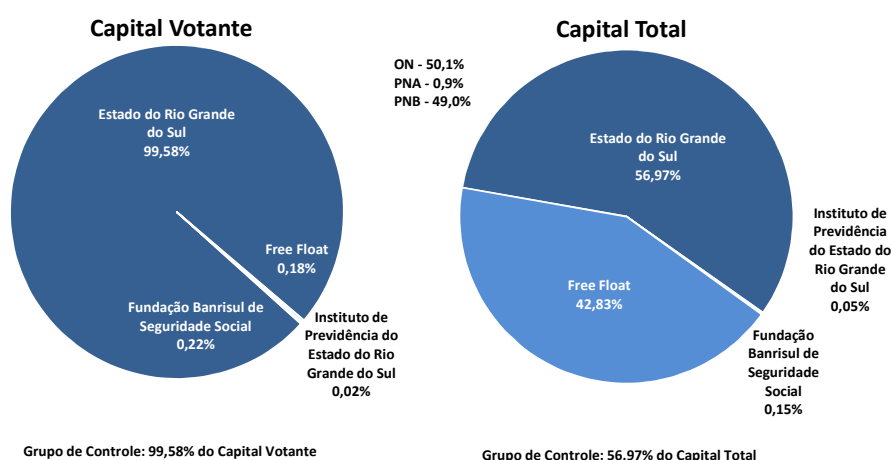
mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa KPMG Auditores Independentes, contratada em 2016, por meio de processo licitatório (Concorrência 586/2015), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2017.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 5: Estrutura Acionária



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. No período de janeiro a março de 2017, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$76,7 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

No Banrisul, além da consolidação das ações relacionadas ao processo de *Compliance* regulatório, foi dada continuidade, no primeiro trimestre de 2017, ao projeto para criação de um Painel de Monitoramento, a fim de ampliar o acompanhamento de processos realizados pela área de Controles Internos e *Compliance* e elevar os padrões de conformidade, garantindo tempestividade na identificação de ocorrências atípicas. Paralelamente a esse projeto, está sendo construída uma campanha institucional com o objetivo de reforçar conceitos e responsabilidades no quadro funcional para aprimorar a cultura de gestão de riscos e controles.

Na área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, está em fase final o processo licitatório para aquisição de novo sistema corporativo, cujo processo pressupõe o monitoramento, permanentemente, de situações que possam configurar indícios de lavagem de dinheiro.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e

Comentário do Desempenho

mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, estando alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição, abrangendo desde as unidades de negócios até o Conselho de Administração. O controle de riscos do Banrisul e das demais empresas integrantes do conglomerado prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como de sua controlada (Banrisul Armazéns Gerais S.A.) é centralizado na Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, independente das áreas de negócios, para que os processos sejam mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características de exposições das operações e classificadas em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Banrisul é liderada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, e pelos Comitês de Gestão, que subsidiam a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável por esta Unidade e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no *site* de Relação com Investidores, no caminho: *Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos*, bem como outros relatórios públicos relativos à Gestão de Riscos e à apuração do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, do Patrimônio de Referência - PR e da Razão de Alavancagem - RA.

O Bacen publicou, em 23/02/17, a Resolução nº 4.557 do CMN que dispõe sobre a Gestão Integrada de Riscos - GIR. Essa resolução busca aprimorar a gestão de riscos, determinando que as instituições implementem estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital. Como um dos principais aprimoramentos exigidos pelo Regulador, o documento agrega a gestão do risco socioambiental à estrutura de gestão de riscos já existente. Essa nova estrutura entra em vigor 360 dias após a data da sua publicação.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de capital contempla o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a instituição está sujeita, considerando seus objetivos estratégicos.

Considerando-se o fator F de 9,25% e o do Adicional de Capital Principal - ACP de 1,25%, válidos para o ano de 2017, o requerimento mínimo do Índice de Basileia, que corresponde à soma desses dois fatores aplicada ao montante total do RWA, passou a ser 10,5%. O cálculo e a remessa de informações em relação ao ACP passou a ser exigido a partir de janeiro de 2016. Em janeiro de 2017, esse adicional passou a ter a seguinte composição: (i) Adicional de Conservação de Capital Principal (1,250% do montante do RWA); (ii) Adicional Contracíclico de Capital Principal (no máximo 1,250% do montante do RWA); e (iii) Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal (até 0,500% do montante do RWA).

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A estrutura de avaliação desse risco está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa à agilização da concessão de crédito, com base

Comentário do Desempenho

em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar, atendendo ao binômio risco x retorno.

O Banrisul segue revisando seus modelos de concessão de limites, implementando novos pontos de corte por classe de risco e perfil e revisando os limites de crédito a serem disponibilizados aos clientes. Paralelamente, o Banco continua disponibilizando alternativas aos clientes com elevado endividamento para o ajuste de suas responsabilidades à real capacidade de pagamento, visando *upgrade* da qualidade da carteira de crédito.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, ou destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking book*), que compreende todas as operações da instituição não classificadas na carteira de negociação, nesse caso, a carteira de crédito, a carteira de títulos mantidos até o vencimento, a captação de depósitos a prazo, os depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

No primeiro trimestre de 2017, foram realizadas melhorias na operacionalidade do recebimento das informações referente às subsidiárias do exterior e, também, no processo de geração do Demonstrativo Diário de Risco de Mercado - DDR - e do Demonstrativo Mensal de Risco de Mercado - DRM.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos no vencimento (risco de liquidez de fluxo de caixa) ou, da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou executar a transação com impactos negativos sobre o seu preço, em decorrência da falta de liquidez no mercado (risco de liquidez de mercado). A Instituição monitora o Risco de Liquidez através da projeção de fluxo de caixa diário, e também através da análise de indicadores. Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês de Gestão, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises e demais informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez, com a finalidade de garantir o monitoramento tempestivo por todas as partes relacionadas.

No primeiro trimestre de 2017, foi dado prosseguimento aos projetos, em conjunto com a área de tecnologia do Banco, que visam otimizar processos e sistemas de risco de liquidez, favorecendo a gestão do risco ao promover o acesso mais dinâmico a novas informações e melhor tratamento dos dados disponíveis. Também foi desenvolvida a estrutura para obtenção das informações necessárias à elaboração do Modelo II do Demonstrativo de Risco de Liquidez - DRL do Bacen, para as instituições que não se enquadram no disposto no art. 3º da Resolução nº 4.401, de 27/02/2015, com início de envio em janeiro de 2017.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

No primeiro trimestre de 2017, foram executados projetos e atividades que visam ao constante aprimoramento e fortalecimento da gestão do risco operacional na Instituição. Dentre essas ações, destaca-se a elaboração e divulgação de campanha institucional, objetivando disseminar uma forte cultura de gerenciamento de riscos e controles no Banrisul, que busca elevar os padrões de excelência e aprimorar a gestão do risco operacional por meio do envolvimento dos empregados.

Comentário do Desempenho

RISCO SOCIOAMBIENTAL

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas. O seu gerenciamento deve considerar rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco presente nas atividades e nas operações da instituição.

No primeiro trimestre de 2017, foram concluídos planos de ação que têm por finalidade o diagnóstico e a consolidação, nas unidades definidas como prioritárias, das práticas adotadas pelo Banrisul para verificação de aspectos socioambientais nas operações e financiamentos a projetos e também nas suas atividades.

ÍNDICE DE BASILEIA

Desde 1º de janeiro de 2015 a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco passou a ter como base o conglomerado prudencial. Ao final de março de 2017, o patrimônio de referência alcançou R\$6.038,0 milhões, somatório do nível I, R\$5.149,7 milhões, e do nível II, R\$888,3 milhões. Em relação a março de 2016, o patrimônio de referência apresentou redução de 17,4% ou R\$1.275,6 milhões, impactado pelo aumento dos ajustes prudenciais deduzidos do capital principal, da dedução da dívida subordinada registrada no nível II e do ajuste nos passivos atuariais.

A exposição total dos ativos ponderados pelo risco - RWA_{TOTAL} atingiu R\$38.267,7 milhões em março de 2017, com redução de 4,4% ou R\$1.776,3 milhões nos doze meses, face, principalmente, à retração da parcela de risco de crédito - RWA_{CPAD} , em R\$3.196,6 milhões, impactada pela redução das operações de crédito. A parcela de risco de mercado - RWA_{MPAD} apresentou crescimento de R\$457,1 milhões, e a de risco operacional - RWA_{OPAD} registrou aumento de R\$963,1 milhões nos doze meses. Considerando-se os valores realizados do patrimônio de referência e dos ativos ponderados pelo risco - RWA, o índice de Basileia atingiu 15,8% em março de 2017. Para o capital principal e capital de nível I, os índices foram de 13,5%, ambos superiores ao mínimo exigido. A razão de alavancagem calculada para o mês de março de 2017 foi de 7,2%. Destaca-se que não há definição de percentual mínimo a ser exigido.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os investimentos em *hardware*, *software*, serviços e na aquisição e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$54,7 milhões no primeiro trimestre de 2017. As estratégias de TI e de investimentos em estrutura de atendimento objetivam garantir performance, segurança e conforto no acesso aos serviços bancários.

No que se refere à infraestrutura de TI, destaca-se como atividade relevante do primeiro trimestre de 2017 a implantação de solução NAS (Network Attached Storage), projeto que tem por propósito atualização tecnológica de armazenamento de dados corporativos, com vistas à ampliação da capacidade de acolhimento, aumento da velocidade de transferência de arquivos e alinhamento de infraestrutura às inovações de mercado, bem como de atendimento das demandas de sistemas e produtos do Banrisul.

Na área de segurança de TI, as realizações de destaque abrangeram: (i) a recertificação PIN Security Program V2, do PCI (Payment Card Industry) para rede Vero, exigida pelas bandeiras de cartões para garantir o nível de segurança em operações de capturas de senhas e gerenciamento de chaves criptográficas, com avaliação por empresa de auditoria externa; (ii) a realização de ações para garantir a segurança dos dados de cartões emitidos pelo Banrisul e a certificação da Vero junto à norma PCI DSS, envolvendo avaliação e teste de nova ferramenta de *scan* de vulnerabilidade e análise de conformidade da nova versão (3.2), estudo de aspectos envolvidos em operação de aquisição em *e-commerce*, definição de requisitos para contratação de empresa processadora de transações de cartões *voucher*; e (iii) além da realização de campanha de conscientização - *Seja a mudança: unidos para uma Internet mais positiva*, em consonância com a Campanha Internacional do Dia da Internet Segura, dirigida a clientes e empregados, com foco na importância da adoção de boas práticas no uso de

Comentário do Desempenho

dispositivos móveis, assim como no uso do *Internet Banking*, que tem sido alvo frequente de tentativas de ataques.

RECURSOS HUMANOS

O Banrisul lançou, em fevereiro de 2017, o Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV. O Plano foi disponibilizado aos empregados elegíveis à aposentadoria oficial e complementar, no qual foi oferecido incentivo financeiro, além de direitos legais e regulamentares previstos em situações de desligamento. O período de adesão ocorreu entre 15/02/2017 e 25/03/2017. O PAV foi limitado ao universo de 700 empregados. Os custos com o Plano somaram R\$99,7 milhões.

Ao final do primeiro trimestre de 2017, a Instituição contava com um quadro de 11.098 empregados e 1.221 estagiários. Nesse período, foram efetuados 312 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com 10.649 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$1,7 milhão, dos quais R\$609,8 mil foram direcionados a programas de pós-graduação, graduação e cursos de idiomas.

SUSTENTABILIDADE

O Banrisul, em atenção à Política de Responsabilidade Socioambiental adotada pelo Banco, segue os dez princípios do Pacto Global, uma iniciativa vinculada à ONU - Organização das Nações Unidas - relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Na esfera ambiental, o Banco manteve suas iniciativas já em andamento. A Instituição é membro do Comitê Gestor do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que incentiva a agricultura sustentável, e do Comitê Deliberativo do *Programa Sustentare*, que busca padronizar o descarte de equipamentos eletroeletrônicos utilizados por empresas públicas.

No âmbito social e cultural, a Instituição, através do Museu Banrisul, vem realizando pesquisas históricas sobre as agências bancárias e está digitalizando os filmes utilizados em antigos treinamentos de empregados para disponibilizá-los no Espaço Memória Banrisul, localizado na Agência Central. Além disso, a Instituição, busca aprimorar o projeto Pescar Banrisul, do qual participam 20 jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da ampliação da carga horária do curso de iniciação profissional em serviços administrativos, de 800h para 900h/aula, oportunizando aos participantes melhor preparo para o mercado de trabalho.

RECONHECIMENTOS

Março/2017. Banrisul é a marca mais lembrada e preferida como empresa pública gaúcha.

O Banrisul é a empresa pública gaúcha mais lembrada, além de ser a preferida pelos sul-rio-grandenses, de acordo com o levantamento Marcas de Quem Decide, realizado pelo Jornal do Comércio e a Qualidata Pesquisas e Informações Estratégicas.

Março/2017. Banrisul Consórcios é destaque em premiação nacional.

A Banrisul Consórcios é uma das finalistas do Prêmio ABAC Compartilhar 2017, promovido pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios, na categoria Relatos Comerciais, descrevendo as ações comerciais e os resultados obtidos nos meses de maio e agosto de 2016, durante a promoção do produto consórcio.

AGRADECIMENTOS

O Banrisul persiste no compromisso de tornar a Instituição cada vez mais eficiente, moderna e sustentável. A Instituição agradece aos clientes, pela preferência, aos investidores e ao Governo do Estado, pela parceria nos negócios, e aos empregados pelo compromisso e empenho.

Diretoria

Notas Explicativas

Baseado na Resolução nº 3.853/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil - Bacen, o Banrisul optou por elaborar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstrações do Resultado Consolidado, Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, Demonstração Consolidada do Valor Adicionado, bem como suas Notas Explicativas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os valores estão expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de março de 2017 e 2016

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	37.460.613	33.396.104
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	811.382	937.520
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 05)	659.415	1.808.192
Aplicações no Mercado Aberto	222.663	1.305.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	436.752	502.446
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06)	11.014.764	5.825.254
Carteira Própria	5.806.281	4.027.676
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.739.635	1.184.999
Instrumentos Financeiros Derivativos	62.300	133.341
Vinculados à Prestação de Garantias	406.540	479.230
Moedas de Privatização	8	8
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	10.522.633	9.910.649
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	125.416	2.404
Créditos Vinculados (Nota 07)		
Depósitos no Banco Central	10.363.990	9.873.898
Convênios	69	66
Correspondentes	33.158	34.281
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	34.135	56.811
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.147	1.432
Transferências Internas de Recursos	30.988	55.379
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	9.754.715	9.612.687
Operações de Crédito		
Setor Público	11.098	11.519
Setor Privado	10.142.202	9.964.148
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	5.942	6.119
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(404.527)	(369.099)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	21.550	23.452
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	2.828	2.925
Setor Privado	20.103	21.851
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.381)	(1.324)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	4.546.071	5.121.957
Carteira de Câmbio	723.336	735.190
Rendas a Receber	117.589	129.189
Negociação e Intermediação de Valores	2.876	1.965
Créditos Específicos	236	211
Diversos	3.820.682	4.369.304
Provisão para Outros Créditos	(118.648)	(113.902)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	95.948	99.582
Outros Valores e Bens	3.043	2.736
Despesas Antecipadas	92.905	96.846

Notas Explicativas

ATIVO (continuação)	31/03/2017	31/12/2016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29.873.292	34.058.906
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
DERIVATIVOS (Nota 06)	11.073.545	15.636.633
Carteira Própria	9.742.000	10.313.630
Vinculados a Compromissos de Recompra	250.303	4.275.690
Instrumentos Financeiros Derivativos	73.569	38.718
Vinculados ao Banco Central	624.959	606.632
Vinculados à Prestação de Garantias	382.714	401.963
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	911.099	893.657
Créditos Vinculados (Nota 07)		
Sistema Financeiro da Habitação	911.099	893.657
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	15.218.415	15.026.651
Operações de Crédito		
Setor Público	62.467	67.700
Setor Privado	17.314.939	17.061.827
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	36.832	38.703
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(2.195.823)	(2.141.579)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	21.975	24.144
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	1.197	1.201
Setor Privado	26.514	28.300
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(5.736)	(5.357)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	2.538.824	2.368.805
Carteira de Câmbio	148	7.713
Diversos	2.587.512	2.425.949
Provisão para Outros Créditos	(48.836)	(64.857)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	109.434	109.016
Outros Valores e Bens	102.516	93.816
Provisão para Desvalorização	(34.830)	(32.861)
Despesas Antecipadas	41.748	48.061
PERMANENTE	1.555.929	1.583.476
INVESTIMENTOS (Nota 11 (a))	99.462	102.850
Participação em Coligadas e Controladas no País	92.641	96.029
Outros Investimentos	11.709	11.709
Provisão para Perdas	(4.888)	(4.888)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11 (b))	168.590	171.197
Imóveis de Uso	125.059	124.898
Outras Imobilizações de Uso	624.693	620.935
Depreciação Acumulada	(581.162)	(574.636)
INTANGÍVEL (Nota 11 (c))	1.287.877	1.309.429
Ativos Intangíveis	1.479.847	1.469.615
Amortização Acumulada	(191.970)	(160.186)
TOTAL DO ATIVO	68.889.834	69.038.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	27.738.515	27.746.170
DEPÓSITOS (Nota 12)	13.826.740	13.780.899
Depósitos à Vista	2.591.689	3.003.632
Depósitos de Poupança	7.705.484	7.608.229
Depósitos Interfinanceiros	153.905	174.508
Depósitos a Prazo	3.375.662	2.994.530
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 12)	4.985.964	5.453.373
Carteira Própria	4.985.964	5.453.373
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	1.087.809	848.758
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.087.809	848.758
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	260.137	2.102
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	258.291	2.102
Correspondentes	1.846	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	302.656	183.463
Recursos em Trânsito de Terceiros	302.189	183.449
Transferências Internas de Recursos	467	14
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	878.687	949.888
Empréstimos no País - Outras Instituições	716	654
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	877.971	949.234
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	736.882	759.017
Tesouro Nacional	152.928	147.351
BNDES	381.903	403.527
CEF	5.936	5.942
FINAME	195.702	201.854
Outras Instituições Oficiais	413	343
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	2.177	2.238
Repases do Exterior	2.177	2.238
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	5.657.463	5.766.432
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	202.114	63.005
Carteira de Câmbio	29.534	13.711
Sociais e Estatutárias	38.721	38.899
Fiscais e Previdenciárias	459.213	477.778
Negociação e Intermediação de Valores	2.810	2.079
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	882.121	884.293
Instrumentos Financeiros Derivativos	91.669	174.524
Dívidas Subordinadas	122.074	131.205
Diversas	3.829.207	3.980.938

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)	31/03/2017	31/12/2016
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	34.666.367	34.848.890
DEPÓSITOS (Nota 12)	29.248.669	28.758.766
Depósitos Interfinanceiros	123.948	155.406
Depósitos a Prazo	29.124.721	28.603.360
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	771.223	1.130.180
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	771.223	1.130.180
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	2.955	4.029
Empréstimos no País - Outras Instituições	1.141	1.379
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	1.814	2.650
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	1.789.533	1.853.709
BNDES	1.234.864	1.267.538
CEF	49.170	50.282
FINAME	503.220	533.676
Outras Instituições Oficiais	2.279	2.213
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	4.922	5.625
Repases do Exterior	4.922	5.625
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	2.849.065	3.096.581
Fiscais e Previdenciárias	510.140	508.104
Instrumentos Financeiros Derivativos	436.382	424.046
Dívidas Subordinadas	1.638.213	1.701.168
Diversas	264.330	463.263
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	6.484.952	6.443.426
Capital Social de Domiciliados no País	4.500.000	4.500.000
Reservas de Capital	4.511	4.511
Reservas de Lucros	2.085.820	2.085.820
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(155.891)	(149.808)
Lucros Acumulados	47.469	-
Participação de Não Controladores	3.043	2.903
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.889.834	69.038.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.575.243	2.598.888
Operações de Crédito	1.630.676	1.671.558
Operações de Arrendamento Mercantil	2.345	2.426
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	675.401	636.661
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(91.503)	(10.059)
Resultado de Operações de Câmbio	29.530	15.567
Resultado das Aplicações Compulsórias	299.737	265.288
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	29.057	17.447
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.718.456)	(1.755.839)
Operações de Captação no Mercado	(1.258.327)	(1.269.918)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(84.455)	(60.538)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 08 (e))	(375.674)	(425.383)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	856.787	843.049
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(674.231)	(530.720)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	77.450	69.292
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	338.022	332.086
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(560.033)	(404.144)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(425.669)	(369.032)
Despesas Tributárias	(108.996)	(110.214)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	6.108	12.980
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	111.039	94.759
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(112.152)	(156.447)
RESULTADO OPERACIONAL	182.556	312.329
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	182.556	312.329
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25 (a))	(30.353)	(98.936)
Corrente	(113.931)	(201.250)
Diferido	83.578	102.314
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(23.535)	(25.190)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	(138)	(126)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	128.530	188.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	182.556	312.329
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados		
Depreciação e Amortização	47.753	12.485
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(6.108)	(12.980)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(36.828)	(108.793)
Provisão para Operações de Crédito	375.674	425.383
Provisão/Reversão para Perdas de Securitização	1	1
Provisão para Contingências	40.671	54.463
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	603.719	682.888
Variação de Ativos e Obrigações	(1.182.142)	(160.299)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Aumento) Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	2.370	(90.571)
(Aumento) em Títulos para Negociação	(104.850)	(157.495)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(34.329)	1.176.087
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(229.522)	345.512
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(690.869)	237.576
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	3.663	64
Redução em Outros Créditos	387.678	30.976
Redução em Outros Valores e Bens	3.216	20.259
Aumento (Redução) em Depósitos	535.744	(1.118.375)
(Redução) em Captação no Mercado Aberto	(467.409)	(817.957)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(119.906)	322.268
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(159.350)	(410.763)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(236.571)	378.046
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(72.007)	(75.926)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(578.423)	522.589
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	9.030	-
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(64.636)	(34.028)
(Aumento) em Títulos Mantidos até o Vencimento	(491.342)	(370.457)
Alienação de Investimentos	-	1.183
Alienação de Imobilizado de Uso	2.728	50
Baixa do Intangível	810	-
Aquisição de Investimentos	(470)	(586)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(8.064)	(6.817)
Aplicação no Intangível	(18.132)	(2.328)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(570.076)	(412.983)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívidas Subordinadas	26.111	136.146
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(61.369)	(77.959)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(81.061)	(76.204)
Variação na Participação de Não Controladores	140	123
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(116.179)	(17.894)
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.867)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.272.545)	91.712
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.312.954	1.394.473
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.040.409	1.486.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
RECEITAS (a)	2.726.074	2.670.436
Intermediação Financeira	2.575.237	2.599.682
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	415.472	401.378
Provisão para Operações de Crédito	(375.674)	(425.383)
Outras	111.039	94.759
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	(1.342.782)	(1.330.456)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	(464.480)	(488.332)
Materiais, Energia e Outros	(277.934)	(320.272)
Serviços de Terceiros	(186.552)	(167.266)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	6	(794)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	918.812	851.648
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	(47.753)	(12.485)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	871.059	839.163
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	6.108	12.980
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	6.108	12.980
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	877.167	852.143
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	877.167	852.143
Pessoal	519.281	373.694
Remuneração Direta	413.168	281.930
Benefícios	86.870	73.689
FGTS	19.243	18.075
Impostos, Taxas e Contribuições	203.636	264.790
Federais	181.595	242.322
Estaduais	11	75
Municipais	22.030	22.393
Remuneração de Capitais de Terceiros	25.582	25.456
Aluguéis	25.582	25.456
Remuneração de Capitais Próprios	128.668	188.203
Juros sobre o Capital Próprio	81.061	76.204
Lucros Retidos do Período	47.469	111.873
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	138	126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banrisul da seguinte forma:

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS

NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS

NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

NOTA 11 - PERMANENTE

NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL

NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

NOTA 27 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Notas Explicativas

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito, seguros, previdência e capitalização. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	31/03/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	639.320	735.735
Operações com Sede no Brasil	503.421	581.596
Outras Operações de Crédito	135.899	154.139
Outros Ativos	160.716	243.098
Imobilizado de Uso	9	12
Total do Ativo	800.045	978.845
Passivo	31/03/2017	31/12/2016
Depósitos	169.974	232.031
Operações com Sede no Brasil	135.730	196.388
Outros Depósitos	34.244	35.643
Outras Obrigações	1.732	94
Outros Passivos	349.515	463.192
Patrimônio Líquido	278.824	283.528
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	800.045	978.845
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receitas da Intermediação Financeira	8.169	10.231
Despesas da Intermediação Financeira	(198)	(277)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.808)	(6.354)
Lucro Líquido do Trimestre	3.163	3.600

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$(7.867).

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram

Notas Explicativas

destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Atividade	Participação Total	
		31/03/2017	31/12/2016
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Cartões	99,78%	99,78%
Fundo de Investimento			
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o período apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 10 de maio de 2017.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do

Notas Explicativas

patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de março de 2017, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

Notas Explicativas

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 08, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, compostos basicamente por custo de originação de crédito - correspondentes bancários.

O Banrisul, a partir do exercício de 2015, optou pela adoção da alteração ocorrida na Resolução nº 4.294/13 do CMN, que regulamenta a forma de pagamento da remuneração sobre a contratação de correspondentes no País e a Circular nº 3.738/14 do Bacen que estabelece procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País. Os efeitos dessa opção estão registrados nas Notas 10 e 20.

(i) Ativo Permanente

- **Investimentos** - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago

Notas Explicativas

na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

- **Imobilizado de Uso** - imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.435/16 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2017, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	59
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Softwares	7
Outros	6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Por determinação legal, realizamos anualmente a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

- **Intangível** – corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece a partir de 1º de janeiro de 2017 o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Setor Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e demais prefeituras. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos (Nota 11(c)).

Setor Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Notas Explicativas

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, superior a três anos.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Conversão de Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para as dependências no exterior o Banrisul definiu a moeda funcional, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do CMN.

O Banrisul possui duas dependências no exterior - Miami e Grand Cayman, cujas demonstrações financeiras são traduzidas na moeda norte-americana. As demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão são registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente do Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Em razão da mudança de critério de contabilização dos ajustes de variação cambial de investimentos no exterior, estabelecido pela Resolução nº 4.524/16, a tabela a seguir reapresenta os saldos comparativos que até 31 de dezembro de 2016 era reconhecido em conta de resultado na rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais e a partir de 01 de janeiro de 2017 passou a ser reconhecido no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Balço Patrimonial	31 de março de 2017		31 de março de 2016	
	Original	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo				
Circulante	36.325.649	29.884.870	-	29.884.870
Não Circulante	29.626.109	33.925.328	-	33.925.328
Permanente	2.482.484	1.031.688	-	1.031.688
Total do Ativo	68.434.242	64.841.886	-	64.841.886
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	27.287.308	27.367.572	-	27.367.572
Não Circulante	34.665.025	31.154.067	-	31.154.067
Patrimônio Líquido	6.481.909	6.320.247	-	6.320.247
Capital Social	4.500.000	4.250.000	-	4.250.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	-	4.511
Reservas de Lucros	2.085.820	1.940.896	-	1.940.896
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(155.891)	12.967	(28.633)	(15.666)
Lucros Acumulados	47.469	111.873	28.633	140.506
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	68.434.242	64.841.886	-	64.841.886

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/03/2017		01/01 a 31/03/2016	
	Original	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita da Intermediação Financeira	2.560.264	2.587.368	-	2.587.368
Despesas da Intermediação Financeira	(1.726.792)	(1.764.654)	-	(1.764.654)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	833.472	822.714	-	822.714
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(681.316)	(538.023)	28.633	(509.390)
Resultado Operacional	152.156	284.691	28.633	313.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	(161)	(71.424)	-	(71.424)
Participações Estatutárias no Lucro	(23.465)	(25.190)	-	(25.190)
Lucro Líquido do Período	128.530	188.077	28.633	216.710

(l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Bannrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Bannrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. O montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Bannrisul é controlado em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 24 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Provisões e Passivos Contingentes** - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas Explicativas

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(n) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% até agosto de 2015, 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado por diferenças permanentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do período. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(p) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

- **Obrigações de Aposentadoria** - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- **Planos de Previdência** - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas

Notas Explicativas

atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

- **Planos de Saúde** - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

- **Prêmio Aposentadoria** - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(q) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

Notas Explicativas

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Disponibilidades	810.734	937.080	811.382	937.520
Disponibilidades em Moeda Nacional	608.836	707.501	609.484	707.941
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	201.898	229.579	201.898	229.579
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	206.366	1.349.966	229.027	1.375.434
Aplicações no Mercado Aberto	200.002	1.280.278	222.663	1.305.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	6.364	69.688	6.364	69.688
Total	1.017.100	2.287.046	1.040.409	2.312.954

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto	200.002	1.280.278	222.663	1.305.746
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	200.002	930.219	200.002	930.219
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	350.059	-	350.059
Certificados de Depósito Bancário	-	-	1.108	2.075
Outros	-	-	21.553	23.393
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	436.752	502.446	436.752	502.446
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	436.752	502.446	436.752	502.446
Total	636.754	1.782.724	659.415	1.808.192

NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Títulos para Negociação	3.651.341	3.544.301	3.677.337	3.572.487
Títulos Disponíveis para Venda	807.957	793.152	1.143.067	1.076.647
Títulos Mantidos até o Vencimento	17.123.546	16.632.454	17.132.036	16.640.694
Instrumentos Financeiros Derivativos	135.869	172.059	135.869	172.059
Total	21.718.713	21.141.966	22.088.309	21.461.887

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela BMF Bovespa.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.651.341	3.544.301	3.651.341	3.544.301
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	17.108	19.727
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	656	1.257
Outras Cotas de Fundos	-	-	8.232	7.202
Total	3.651.341	3.544.301	3.677.337	3.572.487

Notas Explicativas

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	-	-	25.996	25.996
De 3 a 12 meses	20.346	20.346	20.346	20.346
De 1 a 3 anos	2.894.881	2.893.450	2.894.881	2.893.450
De 3 a 5 anos	738.586	737.545	738.586	737.545
Total em 31/03/2017	3.653.813	3.651.341	3.679.809	3.677.337
Total em 31/12/2016	3.546.780	3.544.301	3.574.965	3.572.487

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	788.216	765.106	788.216	765.106
Ações de Companhias Abertas	19.614	16.809	20.947	17.972
Certificados de Privatização	-	-	8	8
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	11.117	331.581	291.319
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	2.188	2.122
Outras Cotas de Fundos	127	120	127	120
Total	807.957	793.152	1.143.067	1.076.647

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	22.000	19.741	356.569	354.851
De 3 a 12 meses	788.351	788.216	788.351	788.216
Total em 31/03/2017	810.351	807.957	1.144.920	1.143.067
Total em 31/12/2016	798.353	793.152	1.081.470	1.076.647

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

Títulos Públicos Federais	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.757.162	16.751.775	16.765.652	16.760.265
Títulos Públicos Federais - CVS	112.175	90.178	112.175	90.178
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	23.803	22.655	23.803	22.655
Debêntures	48.096	47.205	48.096	47.205
Letras Financeiras	182.310	169.191	182.310	169.191
Total em 31/03/2017	17.123.546	17.081.004	17.132.036	17.089.494
Total em 31/12/2016	16.632.454	16.587.536	16.640.694	16.595.776

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Até 3 meses	-	37.426	-	37.426
De 3 a 12 meses	6.132.060	1.770.459	6.132.060	1.770.459
De 1 a 3 anos	10.220.517	14.070.241	10.229.007	14.078.481
De 3 a 5 anos	652.283	633.147	652.283	633.147
De 5 a 15 anos	112.175	114.436	112.175	114.436
Acima de 15 anos	6.511	6.745	6.511	6.745
Total	17.123.546	16.632.454	17.132.036	16.640.694

Notas Explicativas

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	31/03/2017	31/12/2016
Ajuste a Mercado				Valor de Mercado	
Derivativos Usados como Hedge de Valor Justo					
Instrumento de Hedge					
Contratos de <i>Swap</i>	2.102.648	(497.951)	(392.182)	105.769	(426.511)
Moeda Estrangeira – Dólar	2.102.648	(497.951)	(392.182)	105.769	(426.511)
Objeto de Hedge					
Dívida Subordinada (Nota 15)	(917.665)	1.653.994	1.760.247	106.253	(1.828.036)
Moeda Estrangeira – Dólar	(917.665)	1.653.994	1.760.247	106.253	(1.828.036)

Em janeiro de 2016, o Banrisul contratou novas operações de *swap* em substituição às vigentes utilizadas como *hedge* da Dívida Subordinada. Estas operações estão casadas em termos de valor com nocional em US\$, prazos e taxas de juros com os termos dos compromissos do passivo em Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior, permanecendo a proteção da dívida na estrutura de *hedge accounting*.

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(448.092)	105.695	(342.397)
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(49.859)	74	(49.785)
Ajuste Líquido em 31/03/2017		(497.951)	105.769	(392.182)
Ajuste Líquido em 31/12/2016		(498.053)	71.542	(426.511)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

Swaps	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Banrisul e Banrisul Consolidado		
					De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(342.397)	-	(23.213)	(43.007)	(276.177)	-
Passivo							
% do CDI	(2.102.648)	(49.785)	-	(6.156)	(9.171)	(34.458)	-
Ajuste Líquido em 31/03/2017		(392.182)	-	(29.369)	(52.178)	(310.635)	-
Ajuste Líquido em 31/12/2016		(426.511)	(21.801)	(19.382)	(65.627)	(53.820)	(265.881)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$301.216 e por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$149.175.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016
Depósitos Compulsórios - Bacen		10.363.990	9.873.898
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	735.506	619.846
Exigibilidade Adicional	SELIC	2.876.109	2.785.108
Depósitos de Poupança	Poupança	1.582.321	1.541.489
Outros Depósitos	Sem Remuneração	29.743	26.294
Recursos a Prazo	SELIC	5.140.311	4.901.161
Créditos Vinculados ao SFH		911.099	893.657
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	571.525	562.440
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	337.163	328.838
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	2.411	2.379
Correspondentes	Sem Remuneração	33.158	34.281
Convênios	SELIC	69	66
Total		11.308.316	10.801.902

(1) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de março de 2017, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$908.688 (31 de dezembro de 2016 - R\$891.278). O seu valor de face é de R\$997.167 (31 de dezembro de 2016 - R\$983.118). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

Notas Explicativas

NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	368.771	11.625.032	3.049.921	1.142.048	785.163	329.094	316.095	271.162	1.443.877	19.331.163	18.808.325
Financiamentos	259.856	542.607	602.482	136.518	56.691	59.175	8.088	10.717	74.571	1.750.705	1.828.718
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	649.200	1.274.253	383.125	77.409	64.359	13.245	8.653	14.983	100.426	2.585.653	2.564.323
Financiamentos Imobiliários	1.434.034	1.460.884	443.953	220.366	72.844	44.366	10.159	6.507	99.743	3.792.856	3.828.257
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	26.569	12.967	2.400	440	15	-	-	-	383	42.774	44.822
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	70.329	-	-	-	-	-	-	-	70.329	75.571
Subtotal de Operações de Crédito	2.738.430	14.986.072	4.481.881	1.576.781	979.072	445.880	342.995	303.369	1.719.000	27.573.480	27.150.016
Operações de Arrendamento Mercantil	2.495	14.286	20.638	4.211	1.738	502	995	257	5.520	50.642	54.277
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	15.474	215.063	240.575	121.433	48.690	846	20.054	30.051	12.310	704.496	722.811
Outros Créditos ⁽³⁾	31.761	1.089.025	93.028	14.679	4.440	908	625	553	36.333	1.271.352	1.372.115
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 09)	937.161	-	-	-	-	-	-	-	2.881	940.042	1.038.212
Total de Operações com Características de Crédito	3.725.321	16.304.446	4.836.122	1.717.104	1.033.940	448.136	364.669	334.230	1.776.044	30.540.012	30.337.431
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	362.037	115.692	144.537	23.762	17.696	-	31.243	-	2.307	697.274	905.510
Total Geral em 2017	4.087.358	16.420.138	4.980.659	1.740.866	1.051.636	448.136	395.912	334.230	1.778.351	31.237.286	31.242.941
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2016	6.675.093	13.290.949	4.399.736	2.028.769	1.156.489	341.274	387.849	364.357	1.692.915	30.337.431	30.337.431

1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu à Citibanc operações de crédito imobiliário.

2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.

3) Outros Créditos - referem-se a cartões de crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honorários e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada nas Notas 15 e 22.

Notas Explicativas

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Setor Público		
Governo - Administração Direta e Indireta	77.590	83.345
Total Setor Público	77.590	83.345
Setor Privado		
Rural	2.585.712	2.564.480
Indústria	3.752.705	3.829.713
Comércio	2.543.304	2.675.120
Serviços e Outros	3.526.866	3.574.615
Pessoa Física	14.218.205	13.737.079
Habitação	3.835.630	3.873.079
Total Setor Privado	30.462.422	30.254.086
Total	30.540.012	30.337.431

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	577.341	1,89	616.139	2,03
10 Maiores Devedores Seguintes	1.666.304	5,46	1.525.814	5,03
20 Maiores Devedores Seguintes	1.225.829	4,01	1.132.367	3,73
50 Maiores Devedores Seguintes	1.855.565	6,08	1.735.128	5,72
100 Maiores Devedores Seguintes	1.754.314	5,74	1.680.349	5,54

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Saldo Inicial	2.638.629	2.252.481
Constituição Líquida do Período	374.765	424.942
Baixas para Contas de Compensação	(296.419)	(287.714)
Saldo Final	2.716.975	2.389.709
Provisão sobre Operações de Crédito	2.600.350	2.214.393
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	7.117	6.756
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 09)	109.508	168.560

Em 31 de março de 2017 e 2016, não houve constituição de provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito no Banrisul, e no Consolidado foi constituída provisão no valor de R\$909 (Primeiro Trimestre de 2016 – R\$441).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				Provisão Existente	Total
				Provisão Adicional (Nota 03(g))	
AA	3.725.321	0,00%	-	-	-
A	16.304.446	0,50%	81.522	16.305	97.827
B	4.836.122	1,00%	48.361	9.672	58.033
C	1.717.104	3,00%	51.513	25.757	77.270
D	1.033.940	10,00%	103.394	20.679	124.073
E	448.136	30,00%	134.441	8.963	143.404
F	364.669	50,00%	182.335	7.293	189.628
G	334.230	70,00%	233.961	16.735	250.696
H	1.776.044	100,00%	1.776.044	-	1.776.044
Total em 31/03/2017	30.540.012		2.611.571	105.404	2.716.975
Total em 31/12/2016	30.337.431		2.531.235	107.394	2.638.629

Notas Explicativas

(g) Recuperação e Renegociação de Créditos

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Crédito e atingiram o montante de R\$60.017 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$41.258) no período, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no período totalizam R\$301.820 (Primeiro Trimestre de 2016 – R\$197.049), conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN.

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Carteira de Câmbio	723.484	742.903	723.484	742.903
Câmbio Comprado a Liquidar	691.732	717.606	691.732	717.606
Direitos sobre Vendas de Câmbio	29.403	8.480	29.403	8.480
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(19.792)	(4.689)	(19.792)	(4.689)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	22.141	21.506	22.141	21.506
Rendas a Receber	135.194	136.036	117.589	129.189
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	60.567	60.567	-	-
Serviços Prestados a Receber	74.047	74.627	73.973	74.577
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	43.036	53.770
Outros	580	842	580	842
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.876	1.965
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.876	1.965
Créditos Específicos	-	-	236	211
Créditos Específicos	-	-	236	211
Diversos	5.395.314	5.467.865	6.408.194	6.795.253
Adiantamentos a Empregados	21.901	13.997	22.373	14.355
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	8.660	8.189	9.570	9.062
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 25 (b))	2.173.027	2.076.502	2.177.827	2.081.025
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 16 (b))	351.509	339.266	362.051	349.505
Impostos e Contribuições a Compensar	68.934	294	91.627	4.471
Pagamentos a Ressarcir	73.907	76.188	73.918	76.324
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.579	1.579	1.579	1.579
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	1.118.017	1.192.632	2.088.000	2.488.841
Superávit Planos de Benefícios (Nota 26)	109.702	109.702	110.219	110.219
Transações com Cartões de Crédito	404.689	415.035	404.689	415.035
Devedores Diversos - País	123.347	196.269	126.299	206.625
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 08 (a))	940.042	1.038.212	940.042	1.038.212
Provisão para Outros Créditos	(157.817)	(169.720)	(167.484)	(178.759)
Com Característica de Crédito (Nota 08 (e)) ⁽²⁾	(109.508)	(121.270)	(109.508)	(121.270)
Sem Característica de Crédito	(48.309)	(48.450)	(57.976)	(57.489)
Total de Outros Créditos	6.096.175	6.177.084	7.084.895	7.490.762

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de março de 2017, totalizavam R\$142.640 (31 de dezembro de 2016 - R\$140.079) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$63.262 (31 de dezembro de 2016 - R\$64.437) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 9,37% a.a. e indexados à TR e ao IGP- M com vencimento até 2029.

(c) Cartões de Débitos e Adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência e créditos que foram parcelados pelos lojistas. Em 31 de março de 2017 totalizava R\$847.109 (31 de dezembro de 2016 - R\$908.365) e no Consolidado R\$1.813.262 (31 de dezembro de 2016 - R\$2.200.983).

(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Crédito e Débito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

Notas Explicativas

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Outros Valores e Bens	105.471	96.464	105.559	96.552
Bens Não de Uso Próprio	102.516	93.816	102.604	93.904
Outros	2.955	2.648	2.955	2.648
Provisão para Desvalorização	(34.830)	(32.861)	(34.830)	(32.861)
Despesas Antecipadas	134.219	144.473	134.653	144.907
Custo de Originação de Crédito – Correspondentes Bancários ⁽¹⁾	112.742	122.535	112.742	122.535
Outros	21.477	21.938	21.911	22.372
Total	204.860	208.076	205.382	208.598

(1) Do montante de R\$112.742 (31 de dezembro de 2016 – R\$122.535), R\$21.251 (31 de dezembro de 2016 – R\$27.103) refere-se as operações contratadas a partir de 2015 conforme Circular nº 3.738/14 do Bacen.

NOTA 11 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Participações em Controladas e Coligadas no País	1.037.517	982.448	92.641	96.029
Participações em Controladas	944.876	886.419	-	-
Participações em Coligadas	74.236	76.688	74.236	76.688
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	18.405	19.341	18.405	19.341
Outros Investimentos	11.514	11.514	11.709	11.709
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.888)	(4.888)
Total	1.044.246	989.177	99.462	102.850

(1) O ágio representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., cujo valor está sendo amortizado no prazo de 10 anos.

	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Líquido		Valor do Investimento	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Empresas Controladas	947.919	889.323	58.386	245.602	944.876	886.419
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	37.184	37.161	23	2.775	36.997	36.974
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	80.853	80.263	487	1.812	80.031	79.447
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	243.256	234.425	8.723	34.791	242.485	233.682
Banrisul Cartões S.A.	586.626	537.474	49.153	206.224	585.363	536.316
Empresas Coligadas	148.550	153.454	12.220	37.686	74.236	76.688
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	26.797	26.331	466	(343)	13.371	13.139
Banrisul Icatu Participações S.A.	121.753	127.123	11.754	38.029	60.865	63.549

(b) Imobilizado

Imobilizado de Uso	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/03/2017	Banrisul
				Saldo Líquido em 31/12/2016
Imóveis de Uso	113.841	(95.778)	18.063	18.099
Outras Imobilizações de Uso				
Móveis e Equipamentos em Estoque	2.143	-	2.143	2.537
Instalações	182.443	(127.435)	55.008	54.084
Móveis e Equipamentos de Uso	109.119	(72.253)	36.866	36.164
Outros				
Sistema de Comunicação	7.318	(4.183)	3.135	3.196
Sistema de Processamento de Dados	283.485	(251.602)	31.883	35.760
Sistema de Segurança	12.528	(8.977)	3.551	3.630
Sistema de Transportes	3.329	(3.080)	249	322
Total em 31/03/2017	714.206	(563.308)	150.898	
Total em 31/12/2016	711.509	(557.717)		153.792

Notas Explicativas

Imobilizado de Uso	Custo Original	Depreciação Acumulada	Banrisul Consolidado	
			Saldo Líquido em 31/03/2017	Saldo Líquido em 31/12/2016
Imóveis de Uso	125.059	(100.363)	24.696	24.506
Outras Imobilizações de Uso				
Móveis e Equipamentos em Estoque	2.143	-	2.143	2.537
Imobilizações em Curso	864	-	864	1.012
Instalações	190.639	(131.049)	59.590	58.846
Móveis e Equipamentos de Uso	115.048	(75.705)	39.343	38.653
Outros				
Sistema de Comunicação	13.137	(8.041)	5.096	4.607
Sistema de Processamento de Dados	284.335	(252.314)	32.021	35.924
Sistema de Segurança	12.528	(8.977)	3.551	3.630
Sistema de Transportes	5.999	(4.713)	1.286	1.482
Total em 31/03/2017	749.752	(581.162)	168.590	
Total em 31/12/2016	745.833	(574.636)		171.197

(c) Intangível

Ativos Intangíveis	Custo Original	Amortização Acumulada	Banrisul		Banrisul Consolidado	
			Saldo Líquido em 31/03/2017	Saldo Líquido em 31/12/2016	Saldo Líquido em 31/03/2017	Saldo Líquido em 31/12/2016
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento						
Setor Público ⁽¹⁾	1.360.854	(113.071)	1.247.783	1.270.333	1.247.783	1.270.333
Setor Privado ⁽²⁾	31.643	(18.600)	13.043	13.511	13.043	13.511
Aquisição de Software	83.333	(57.869)	25.464	24.101	25.886	24.420
Outros	1.718	(668)	1.050	1.050	1.165	1.165
Total em 31/03/2017	1.477.548	(190.208)	1.287.340		1.287.877	
Total em 31/12/2016	1.467.456	(158.461)		1.308.995		1.309.429

(1) O saldo líquido de R\$1.247.783 está composto por:

a) R\$1.146.418 referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;

b) R\$57.600 referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos, no preço total de R\$64.000; tendo sido pago, em 06 de outubro de 2016, o montante de R\$30.000 e o restante, R\$34.000, será pago atualizado pela Taxa Selic, na data de 30 de abril de 2017. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banco toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos; e

c) R\$43.765 referem-se a contratos firmados com demais prefeituras, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores.

(2) Referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banrisul					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/03/2017	31/12/2016
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	2.598.004	-	-	-	2.598.004	3.028.673
Poupança ⁽¹⁾	7.705.484	-	-	-	7.705.484	7.608.229
Interfinanceiros	-	6.181	147.724	123.948	277.853	329.914
A Prazo ⁽²⁾	6.059	1.860.439	1.529.184	29.124.721	32.520.403	31.855.569
Total	10.309.547	1.866.620	1.676.908	29.248.669	43.101.744	42.822.385
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	5.196.055	-	-	5.196.055	5.610.523
Total	-	5.196.055	-	-	5.196.055	5.610.523
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	148.316	1.186.517	771.223	2.106.056	1.978.938
Total	-	148.316	1.186.517	771.223	2.106.056	1.978.938

Notas Explicativas

					Banrisul Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/03/2017	31/12/2016
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	2.591.689	-	-	-	2.591.689	3.003.632
Poupança ⁽¹⁾	7.705.484	-	-	-	7.705.484	7.608.229
Interfinanceiros	-	6.181	147.724	123.948	277.853	329.914
A Prazo ⁽²⁾	6.059	1.860.439	1.509.164	29.124.721	32.500.383	31.597.890
Total	10.303.232	1.866.620	1.656.888	29.248.669	43.075.409	42.539.665
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.985.964	-	-	4.985.964	5.453.373
Total	-	4.985.964	-	-	4.985.964	5.453.373
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	148.316	939.493	771.223	1.859.032	1.978.938
Total	-	148.316	939.493	771.223	1.859.032	1.978.938

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 97,09% e 2,91% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 85,29% (31 de dezembro de 2016 – 84,34%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 9,19% (31 de dezembro de 2016 – 9,29%) ao ano.

Do total de captações em depósito a prazo, 60,63% possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,62% a 5,27% (31 de dezembro de 2016 – 1,62% a 5,27%) ao ano, com vencimento máximo em até 1.494 dias (31 de dezembro de 2016 – 1.584 dias), e apresenta saldo de R\$879.785 (31 de dezembro de 2016 – R\$951.884).

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Até 3 meses	197.892	204.233	507	560	198.399	204.793
De 3 a 12 meses	538.990	554.784	1.670	1.678	540.660	556.462
De 1 a 3 anos	792.945	822.106	4.378	4.505	797.323	826.611
De 3 a 5 anos	505.850	513.330	544	1.120	506.394	514.450
Acima de 5 anos	490.738	518.273	-	-	490.738	518.273
Total	2.526.415	2.612.726	7.099	7.863	2.533.514	2.620.589

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até janeiro de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,60% (31 de dezembro de 2016 – 0,40% a 14,87%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (31 de dezembro de 2016 – 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

Notas Explicativas

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	202.114	62.977	202.114	63.005
Recebimento de Tributos Federais	201.849	62.712	201.849	62.740
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	29.534	13.711	29.534	13.711
Câmbio Vendido a Liquidar	29.790	8.474	29.790	8.474
Importação Financiada Câmbio Contratado	(10.560)	(4.031)	(10.560)	(4.031)
Obrigações por Compras de Câmbio	692.659	721.559	692.659	721.559
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	(682.355)	(712.291)	(682.355)	(712.291)
Sociais e Estatutárias	38.647	38.719	38.721	38.899
Dividendos e Bonificações a Pagar	17.455	17.448	17.529	17.628
Gratificações e Participações a Pagar	21.192	21.271	21.192	21.271
Fiscais e Previdenciárias	927.794	954.544	969.353	985.882
Impostos e Contribuições a Recolher	92.497	86.647	101.740	97.969
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	83.405	136.586	113.861	156.258
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	238.190	223.207	238.599	223.551
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	513.702	508.104	515.153	508.104
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.810	2.079
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	2.810	2.079
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	882.121	884.293	882.121	884.293
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento (Nota 24(a))	679.867	669.957	679.867	669.957
Outros	202.254	214.336	202.254	214.336
Instrumentos Financeiros Derivativos	528.051	598.570	528.051	598.570
Instrumentos Financeiros Derivativos	528.051	598.570	528.051	598.570
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.760.287	1.832.373	1.760.287	1.832.373
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06)	1.760.247	1.828.036	1.760.247	1.828.036
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	40	4.337	40	4.337
Diversas	3.203.838	3.251.351	4.093.537	4.444.201
Credores por Recursos a Liberar	44.951	46.928	45.304	47.271
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	37.238	39.106	37.238	39.106
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51.576	61.798	51.784	62.183
Obrigações por Convênios Oficiais	54.876	61.074	54.876	61.074
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	531.991	582.528	1.270.153	1.600.049
Provisões para Férias e Outros Encargos	385.833	317.210	370.162	301.388
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	71.654	71.756	71.654	71.756
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	350.761	331.809	356.020	337.650
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	146.229	144.793	146.229	144.793
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	8.124	8.091	8.124	8.091
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	1.632	1.632	1.632	1.632
Provisão Benefício Pós-Emprego	350.996	350.996	352.298	352.298
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	187.273	184.080	188.416	185.229
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	13.716	14.108	13.716	14.108
Recursos de FGTS para Amortizações	7.196	7.284	7.196	7.284
Credores Diversos - País	119.114	167.433	269.062	341.590
Transações com Cartões a Pagar	632.331	682.433	632.331	682.433
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	24.175	14.002	24.175	14.002
Outros	184.172	164.290	193.167	172.264
Total	7.572.386	7.636.538	8.506.528	8.863.013

(1) **Dívidas Subordinadas** – o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$ 275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$ 199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$ 2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$ 2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nomenclatura de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$10.065 (31 de dezembro de 2016 - R\$8.522), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

Notas Explicativas

NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

					Banrisul
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2016	516.195	331.809	184.080	144.793	1.176.877
Constituição e Atualização Monetária	5.631	25.274	7.226	1.436	39.567
Baixas por Pagamento	-	(6.322)	(4.033)	-	(10.355)
Saldo Final em 31/03/2017	521.826	350.761	187.273	146.229	1.206.089
Depósitos em Garantia (Nota 09)	8.578	216.026	126.905	-	351.509

					Banrisul Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2016	516.195	337.650	185.229	144.793	1.183.867
Constituição e Atualização Monetária	7.082	25.299	7.248	1.436	41.065
Reversão da Provisão	-	(394)	-	-	(394)
Baixas por Pagamento	-	(6.535)	(4.061)	-	(10.596)
Saldo Final em 31/03/2017	523.277	356.020	188.416	146.229	1.213.942
Depósitos em Garantia (Nota 09)	14.602	220.127	127.322	-	362.051

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$513.702 (31 de dezembro de 2016 - R\$508.104), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e **(ii)** notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (31 de dezembro de 2016 - R\$6.878). No Consolidado não há registro de outras ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$74.829 (31 de dezembro de 2016 - R\$72.992) e no Consolidado R\$102.341 (31 de dezembro de 2016 - R\$100.087). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, no trimestre

Notas Explicativas

houve encerramento de procedimento fiscal relacionado aos incentivos pagos pelo Banrisul, na qualidade de patrocinador, no contexto do plano de migração voluntária entre os planos de aposentadoria complementar administrados pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, ocorrido em 2014, que resultou em débito tributário de IRPJ e CSLL no valor de R\$147.179, sendo classificado pelos assessores jurídicos como de perda possível.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$171.387 (31 de dezembro de 2016 - R\$162.313) e no Consolidado R\$174.208 (31 de dezembro de 2016 - R\$164.978). Adicionalmente, o valor de R\$44.639 (31 de dezembro de 2016 - R\$42.489) e no Consolidado R\$45.918 (31 de dezembro de 2016 - R\$43.697) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.276.747 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.153.573) e no Consolidado R\$1.287.671 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.164.273), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$126.905 (31 de dezembro de 2016 - R\$125.886) e no Consolidado R\$127.322 (31 de dezembro de 2016 - R\$126.228).

Existem ainda R\$1.912.595 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.847.852) e no Consolidado R\$1.918.376 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.853.365) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações de danos morais, repetição do indébito, cadernetas de poupança e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$146.229 (31 de dezembro de 2016 - R\$144.793).

Notas Explicativas

NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Administração de Fundos	21.632	19.735	21.632	19.735
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	14.917	14.833	14.912	14.833
Rendas de Garantias Prestadas	880	1.617	880	1.617
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	13.115	11.533
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	830	738
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	1.677	1.629
Serviços de Administração Rede de Adquirência Vero	-	-	21.392	17.102
Outras Receitas de Serviços	-	-	3.012	2.105
Total	37.429	36.185	77.450	69.292
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	219.704	195.261	338.022	332.086
Total	257.133	231.446	415.472	401.378

NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Rede de Adquirência Vero	-	-	108.431	127.278
Tarifas de Cartões de Benefícios	-	-	9.887	9.547
Devolução de Cheques	5.824	5.637	5.824	5.637
Débitos em Conta	13.539	11.401	13.539	11.401
Serviços de Arrecadação	13.662	12.755	13.662	12.755
Comissões de Seguridade	44.515	34.968	44.515	34.968
Transações com Cheques	4.685	4.526	4.685	4.526
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	114.130	103.552	114.130	103.552
Cartão de Crédito	11.526	10.502	11.526	10.502
Tarifas de Saques	1.920	1.758	1.920	1.758
Tarifas de Uso da Agência Virtual	269	907	269	907
Tarifas de Fiança Bancária	2.706	2.399	2.706	2.399
Outras Receitas de Tarifas	6.928	6.856	6.928	6.856
Total	219.704	195.261	338.022	332.086
Pessoas Físicas	110.504	99.408	113.595	101.647
Pessoas Jurídicas	109.200	95.853	224.427	230.439

NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Remuneração Direta ⁽¹⁾	346.073	221.274	348.211	222.950
Benefícios ⁽¹⁾	84.682	71.738	85.164	72.162
Encargos Sociais	124.332	106.875	124.952	107.505
Treinamentos	1.705	1.520	1.706	1.527
Total	556.792	401.407	560.033	404.144

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2017, o montante de R\$99.672, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PAV – Plano de Aposentadoria Voluntária.

Notas Explicativas

NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Comunicações	13.485	20.795	13.627	20.936
Processamento de Dados	30.317	26.093	34.707	39.221
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	39.219	38.268	39.219	38.268
Amortização e Depreciação	46.781	11.780	47.753	12.485
Aluguéis e Condomínios	28.475	28.093	27.942	27.836
Materiais	2.949	3.868	6.163	4.775
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	124.561	100.714	173.717	159.672
Serviços Técnicos Especializados	12.658	7.459	12.835	7.594
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	20.170	12.619	21.456	12.765
Manutenção e Conservação	13.748	11.582	13.923	11.659
Água, Energia e Gás	9.091	9.905	9.306	10.149
Serviços do Sistema Financeiro	12.543	10.393	12.575	10.438
Outras	11.509	12.725	12.446	13.234
Total	365.506	294.294	425.669	369.032

(1) Do montante de R\$124.561 (Primeiro Trimestre de 2016 – R\$100.714), R\$62.493 (Primeiro Trimestre de 2016 – R\$47.824) são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., sendo deste valor R\$31.733 (Primeiro Trimestre de 2016 – R\$10.176) referente as operações contratadas em 2017, já sob as regras emanadas na Resolução nº 4.294/13 do CMN e Circular nº 3.738/14 do Bacen.

(2) É composto principalmente por R\$9.857 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$3.319) de despesa com propaganda institucional e R\$8.856 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$8.263) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	34.348	32.506	10.245	10.566
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	394	64
Cíveis	-	-	-	62
Outros	4.259	2.267	4.259	2.267
Tarifas Interbancárias	7.742	6.289	7.742	6.289
Títulos de Créditos a Receber	2.561	1.921	2.561	1.921
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069/04	12.078	12.461	12.078	12.461
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	250	8.876	250	8.876
Receitas Diversas com Cartões	18.921	17.742	18.921	17.742
Lucros na Venda de Bens	6.978	40	6.978	119
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	17.431	8.664	17.459	8.680
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	19.001	16.440
Outras Receitas Operacionais	8.261	5.671	11.151	9.272
Total	112.829	96.437	111.039	94.759

NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Descontos Concedidos em Renegociações	8.067	24.858	8.067	24.858
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 16)	25.274	27.913	25.299	27.983
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	1.968	386	1.968	386
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	1	1	1	1
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 16)	7.226	19.064	7.248	19.213
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	2.465	2.083	2.465	2.083
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) (Nota 16)	5.631	5.892	7.082	5.892
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 16)	1.436	1.501	1.436	1.501
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	2.025	3.032	2.025	3.032
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	299	597	299	597
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	-	28.633	-	28.633
Despesas com Cartões	6.054	7.784	6.054	7.784
Incentivo à Migração - Planos FBSS ⁽¹⁾	91	133	91	133
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	10.172	6.910	10.172	6.910
Outras Despesas Operacionais	38.298	23.956	39.945	27.441
Total	109.007	152.743	112.152	156.447

(1) Refere-se aos incentivos oferecidos pelo Banco aos participantes do Plano de Benefícios PBI que migraram suas reservas para o Plano de Benefícios Salgado ou Plano de Benefícios FBPREV II.

Notas Explicativas

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de março de 2017 é de R\$4.500.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,58	2.721.484	77,44	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,52	-	-	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,80	-	-	213.546	0,05
Outros	363.435	0,18	465.385	13,24	174.315.774	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.057.282	100,00	3.514.464	100,00	200.402.731	100,00	408.974.477	100,00

No período, houve a conversão de ações, principalmente entre PNA e ON, no montante de 2.377 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 20 de julho de 2016.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2016 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$81.061, referente aos juros sobre o capital próprio do primeiro trimestre de 2017 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$76.204), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$36.477 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$34.292).

NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de março de 2017, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.642.323 (31 de dezembro de 2016 - R\$10.360.235), dos quais R\$9.947.878 (31 de dezembro de 2016 - R\$9.674.878) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento (Nota 15).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$630.386 (31 de dezembro de 2016 - R\$776.284), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R\$24.175 (31 de dezembro de 2016 - R\$14.002).

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 826.772 mil títulos de clientes (31 de dezembro de 2016 - 829.708 mil).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$56.823 (31 de dezembro de 2016 - R\$120.704) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$10.065 (31 de dezembro de 2016 - R\$8.522).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	9.871.011	9.204.795
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	136.777	134.665
Fundos de Ações	60.065	53.588
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	18.063	18.083
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	17.579	49.402
Carteiras Administradas	612.265	602.488
Total	10.715.760	10.063.021

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

Notas Explicativas

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 162 grupos (31 de dezembro de 2016 - 164) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 46.730 consorciados ativos (31 de dezembro de 2016 - 45.728).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de março de 2017 é de R\$324.769, sendo R\$85.613 com vencimento até um ano, R\$189.109 de um a cinco anos e R\$50.047 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no período totalizaram R\$26.115 (Primeiro Trimestre de 2016 - R\$25.713).

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	152.156	284.691	182.556	312.329
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(38.039)	(71.173)	(45.639)	(78.082)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(7.897)	(7.139)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 20%	(30.431)	(56.938)	(18.961)	(46.602)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(68.470)	(128.111)	(72.497)	(131.823)
Efeito da Lei 13.169/15 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	(2.413)	(16.793)	(2.413)	(16.793)
Ajuste Multa Câmbio	(646)	(676)	(646)	(676)
Participação dos Empregados nos Resultados	10.559	11.336	10.559	11.336
Juros sobre o Capital Próprio	36.477	50.740	36.477	50.740
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	30.383	17.936	-	(12.885)
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	(6.051)	(5.856)	(1.833)	1.165
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(161)	(71.424)	(30.353)	(98.936)
Corrente	(83.405)	(173.685)	(113.931)	(201.250)
Diferido	83.244	102.261	83.578	102.314

(1) A lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

- Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul			Saldo em 31/03/2017
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.295.047	164.334	89.429	1.369.952
Provisão para Riscos Trabalhistas	139.636	10.110	3.011	146.735
Provisão para Riscos Fiscais	134.867	2.534	-	137.401
Outras Provisões Temporárias	506.975	13.491	1.504	518.962
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.076.525	190.469	93.944	2.173.050
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.076.502	190.469	93.944	2.173.027
Obrigações Fiscais Diferidas	(223.207)	(14.983)	-	(238.190)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.853.295	175.486	93.944	1.934.837

Notas Explicativas

	Banrisul Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.295.992	164.334	89.453	1.370.873
Provisão para Riscos Trabalhistas	141.794	10.235	3.217	148.812
Provisão para Riscos Fiscais	135.207	3.027	20	138.214
Outras Provisões Temporárias	508.055	13.491	1.595	519.951
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.081.048	191.087	94.285	2.177.850
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.081.025	191.087	94.285	2.177.827
Obrigações Fiscais Diferidas	(223.551)	(15.048)	-	(238.599)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.857.474	176.039	94.285	1.939.228

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2017	492.721	394.703	887.424	887.424	887.809
2018	341.222	274.891	616.113	616.113	616.626
2019	148.805	90.668	239.473	239.473	239.986
2020	124.308	74.931	199.239	199.239	199.751
2021	63.090	37.854	100.944	100.944	101.457
2022 a 2024	53.741	32.245	85.986	85.986	87.488
2025 a 2027	27.405	16.443	43.848	43.848	44.710
Após 2027	14	9	23	-	-
Total em 31/03/2017	1.251.306	921.744	2.173.050	2.173.027	2.177.827
Total em 31/12/2016	1.197.698	878.827	2.076.525	2.076.502	2.081.025

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.865.754, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Superveniência de Depreciação	(14.836)	(15.302)	(14.836)	(15.302)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(418)	(371)	(418)	(371)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(173.570)	(158.168)	(173.804)	(158.336)
Superávit Atuarial	(49.366)	(49.366)	(49.541)	(49.542)
Total	(238.190)	(223.207)	(238.599)	(223.551)

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o

Notas Explicativas

Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada por Resolução Bacen nº 3.846 de 25 de março de 2010, Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos – AETQ, Resolução Bacen nº 4.449 de 20 de novembro de 2015 e Resolução Bacen nº 4.469 de 25 de maio de 2016.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

Em 31 de março de 2017, o Banrisul dispõe de parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$71.654 (2016 – R\$72.012), distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$40.613, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$18.279 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$12.762, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 15). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto Nominal	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,58% a.a.	8,74% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,85% a.a.	6,00% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2016	31/12/2015
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>Light Forte</i> , específica por sexo, desagravada em 60%	<i>Light Forte</i> , desagravada em 50%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na

Notas Explicativas

determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22, de 15 de abril de 2015 e nº 24, de 08 de setembro de 2015, combinadas com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, com a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 e Portaria Previc nº 30 de 20 de janeiro de 2016, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

Notas Explicativas

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de

Notas Explicativas

reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2016 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2016	31/12/2015
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	284.311	62.702
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	37.556	-
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	-	8.647
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	1.055	598
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(110.219)	(105.969)
Prêmio Aposentadoria (1)	157.812	120.490
Total	370.515	86.468

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$60.975 (2015 – R\$47.264) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$218.480 (2015 – R\$167.508).

O reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$(164.223) (2015-R\$43.246) decorre dos ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial no montante de R\$(277.553) (2015 – R\$79.051), líquido dos efeitos tributários no montante de R\$113.330 (2015 – R\$(35.805)). Em 31 de março de 2017, houve a variação no crédito tributário no montante de R\$(438) (2015 - R\$(88)) sobre Ajustes de Avaliação Atuarial.

Notas Explicativas

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2016 e 2015 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.098.547)	(1.096.231)	(82.791)	(9.887)	(184.223)	(157.812)
Valor Justo dos Ativos	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Superávit/(Déficit)	(284.311)	(37.556)	2.317	(1.031)	110.219	(157.812)
Teto do Ativo	-	-	(2.317)	(24)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)
Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.717.126)	(884.797)	(61.135)	(6.730)	(142.680)	(120.490)
Valor Justo dos Ativos	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Superávit/(Déficit)	(62.702)	16.093	(8.596)	(593)	105.969	(120.490)
Teto do Ativo	-	(16.093)	(51)	(5)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)
Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490
Custo de Serviço Corrente	99	-	601	973	1.325	3.932
Custo Financeiro	202.871	106.426	7.533	842	17.601	12.421
Contribuições dos Participantes do Plano	66.057	6.054	838	812	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	67.223	56.148	15.032	894	7.185	13.428
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	(2.644)	(5.552)	(4.334)	(1.068)	(83)	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	263.599	120.697	6.975	830	22.664	9.413
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	(4.167)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.982)	(1.872)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.098.547	1.096.231	82.791	9.887	184.223	157.812
Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.834.273	913.080	46.146	4.120	133.635	123.532
Custo de Serviço Corrente	1.043	-	2.515	1.232	1.385	(13.368)
Custo Financeiro	193.713	97.893	5.016	457	14.668	11.595
Contribuições dos Participantes do Plano	41.374	6.049	888	888	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	65.344	30.381	13.116	1.546	14.071	9.319
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	201	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(227.407)	(99.663)	(3.392)	(1.425)	(14.894)	(7.621)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	(3.612)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.573)	(2.967)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490

Notas Explicativas

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	200.966	109.536	6.627	860	30.584	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	36.404	104.038	27.797	504	15.209	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	-	-
Contribuições dos Empregados	66.057	6.054	838	812	-	-
Benefícios Pagos	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	186.044	98.680	6.359	563	24.002	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(150.077)	(57.407)	(7.614)	112	5.091	-
Contribuições do Empregador	44.954	10.294	2.127	800	-	-
Contribuições dos Empregados	41.374	6.049	888	888	-	-
Benefícios Pagos	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)
Custo dos Serviços Correntes	(99)	-	(601)	(973)	(1.325)	(3.932)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(1.905)	1.081	(913)	17	12.983	(12.421)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(291.774)	(49.133)	7.865	(170)	(14.557)	(22.841)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	2.982	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	4.167	1.872
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)
Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)
Custo dos Serviços Correntes	(1.043)	-	(2.515)	(1.232)	(1.385)	13.368
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(7.669)	755	489	106	9.334	(11.595)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	11.785	(3.900)	(8.892)	(7)	5.914	(1.698)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	6.169	2.967
Contribuições do Empregador	44.954	10.294	2.127	800	16	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)

Notas Explicativas

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	(89)	-	1.257	997	1.894	4.918
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	24.913	3.175	(86)	64	2.934	14.701
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	24.824	3.175	1.171	1.061	4.828	19.619

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2017	230.683	88.719	4.309	107	10.255	51.697
2018	228.036	93.996	4.484	113	10.655	9.882
2019	235.639	98.655	4.658	119	11.729	9.233
2020	243.062	102.724	4.835	125	12.572	8.278
2021	250.389	107.354	5.007	146	14.298	11.898
2022 a 2026	1.360.257	607.988	27.531	811	93.386	126.544

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	638	1.262	4.999	4.924	4.944	11.300
Aposentados	3.551	1.514	-	-	4.842	-
Assistidos	-	-	280	15	-	-
Pensionistas	923	350	-	-	944	-
Total	5.112	3.126	5.279	4.939	10.730	11.300

Quantidade de Participantes em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	732	1.470	5.287	4.677	5.477	11.482
Aposentados	3.609	1.327	153	11	4.574	-
Pensionistas	957	336	29	3	934	-
Total	5.298	3.133	5.469	4.691	10.985	11.482

Notas Explicativas

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,23%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	4,59%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,94%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	2,11%

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,67%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	5,09%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,63%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	1,76%

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Valor da Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	79.821
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	86.002
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽²⁾	10% aumento	83.154
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽²⁾	10% redução	82.487

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Valor da Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	9.535
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	10.266
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽¹⁾	10% aumento	10.200
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT -2000 ⁽¹⁾	10% redução	9.574

Plano de Saúde – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(2.897)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	3.141
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	10% aumento	(1.050)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	10% redução	1.143

Auxílio Medicamento – 31/12/2016			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(6.653)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	7.417
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	10% aumento	(3.257)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	10% redução	3.656

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2016			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-2,50%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	2,70%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-0,20%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	0,20%

(1) AT – 2000 *Basic* segregada por sexo suavizada em 10%.

(2) AT – 2000 *Basic* suavizada em 10%.

(3) AT – 2000 Suavizada em 10%.

Notas Explicativas

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A gestão de capital e de riscos corporativos, intrínsecos à área financeira, é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Este gerenciamento é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente as Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos do Banrisul. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilitam tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application* e *Behaviour Score* oportunizam o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

Notas Explicativas

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercado das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 15. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito,

Notas Explicativas

carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2017.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2017.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2017.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$3,1684 de 31/03/2017 (PTAX – Venda - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários	Fatores de Risco			Total	
	Taxa de Juros	Moedas	Ações		
1	1%	1	1.853	209	2.063
2	25%	21	46.314	5.238	51.573
3	50%	42	92.627	10.476	103.145

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Notas Explicativas

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 89,80% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,79%), no valor total de R\$103.145.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 15). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$ 523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$3,1624 de 31/03/2017 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/03/2017.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/03/2017.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/03/2017.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(3.795)	(89.664)	(169.639)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	3.795	89.665	169.641
Efeito Líquido			-	1	2

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

Notas Explicativas

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos – esperados e inesperados, correntes e futuros – num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O risco de liquidez dos negócios bancários pode ter a sua origem no momento em que estes são gerados, ocasionado pela dificuldade na captação de recursos necessários para financiar ativos, o que conduz, normalmente, a acréscimos nos custos de captação; ou pelas dificuldades de liquidação das obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos nos prazos de vencimento de ativos e passivos.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banco, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente pelos Comitês de Riscos Corporativos e de Gestão Bancária e submetidos a instâncias diretivas, visando a garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada, cumprindo os níveis mínimos exigidos pelos requerimentos regulatórios.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Notas Explicativas

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de ciclos de análise para identificação, avaliação e tratamento dos riscos operacionais aos quais o Banco está exposto.

No que tange à mensuração, os riscos são avaliados qualitativamente de acordo com os critérios de Frequência e Impacto, para sua classificação inerente e residual. De modo a avaliar quantitativamente o risco operacional, o Banrisul também monitora e coleta eventos, consolidando-os na Base de Dados Interna de Risco Operacional.

Os resultados dos ciclos de análise são submetidos à Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação. Adicionalmente, os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados trimestralmente ao Comitê de Riscos Corporativos e semestralmente à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Índice de Basileia

Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial, o que deu início a uma nova série de informações.

A Resolução nº 4.193/13 do CMN definiu os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. A Resolução nº 4.443/15 do CMN alterou a apuração do Adicional de Capital Principal, que ficou definido como o somatório de três parcelas: ACP_{Conservação}, ACP_{Contracíclico} e ACP_{Sistêmico}.

Para 2017, estão previstos os limites mínimos de capital de 10,50% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 7,25% para o índice de Nível I e de 5,75% para o índice de Capital Principal. Como medida complementar de risco, a partir de 10/2015 iniciou-se a apuração da Razão de Alavancagem, ainda sem definição de valor mínimo.

Os Índices calculados para o Conglomerado Prudencial em março de 2017 estão evidenciados na tabela a seguir:

Banrisul Conglomerado Prudencial	2017
Patrimônio de Referência	6.038.021
Nível I	5.149.733
Capital Principal	5.149.733
Capital Social	4.506.411
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	2.091.267
Contas de Resultados Credoras	3.925.405
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	4.038.318
Avaliação Patrimonial e TVM	155.892
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	4.490
Contas de Resultados Devedoras	3.877.936
Ajustes Prudenciais	1.335.032
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário	1.119.179
Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores	215.853
Nível II	888.288
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	888.288
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	38.267.676
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	29.194.752
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	1.262.710
Risco de Juros (RWA _{JUR1})	1.757
Risco de Ações (RWA _{ACS})	36.242
Risco de Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})	1.224.711
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	7.810.214
Carteira <i>Banking</i> (R BAN)	284.747
Margem sobre o PR considerando Rban	2.213.514
Índice de Basileia %	15,78%
Índice de Nível I %	13,46%
Índice de Capital Principal %	13,46%
Índice de Imobilização %	9,10%
Razão de Alavancagem ⁽¹⁾	7,16%

(1) Com a edição da Circular nº 3.748/15 do Bacen, foi definida a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem, com vigência a partir de outubro de 2015.

Notas Explicativas

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 3.750/09 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banco, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGÁS), Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS – empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; e Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Banrisul	
	31/mar de 2017	31/dez de 2016	Receitas (Despesas)	
			01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(221.005)	(505.285)	(13.523)	(11.805)
Outros Créditos ⁽¹⁾	15.257	15.294	-	-
Depósitos à Vista	(199.999)	(452.595)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(17.579)	(49.402)	(13.193)	(11.413)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(18.684)	(18.582)	(330)	(392)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(775.373)	(963.199)	15.268	12.063
Outros Créditos	73.501	71.190	25.417	22.283
Depósitos à Vista	(6.311)	(25.042)	-	-
Depósitos a Prazo	(20.020)	(257.678)	(526)	(7.465)
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(31.206)	(157.275)	(979)	(2.142)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(247.025)	-	(7.762)	-
Outras Obrigações	(544.312)	(594.394)	(882)	(613)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(72.562)	(72.643)	(5.211)	(4.722)
Outras Obrigações	(72.562)	(72.643)	(5.211)	(4.722)
Total	(1.068.940)	(1.541.127)	(3.466)	(4.464)

(1) O montante de R\$15.257 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$18.684, R\$9.062 refere-se aos funcionários adidos.

	Ativos (Passivos)		Banrisul Consolidado	
	31/mar de 2017	31/dez de 2016	Receitas (Despesas)	
			01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(197.390)	(479.719)	(12.767)	(11.116)
Disponibilidades	21.553	23.393	744	672
Outros Créditos ⁽¹⁾	17.319	17.467	12	17
Depósitos à Vista	(199.999)	(452.595)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(17.579)	(49.402)	(13.193)	(11.413)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(18.684)	(18.582)	(330)	(392)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(72.562)	(72.643)	(5.211)	(4.722)
Outras Obrigações	(72.562)	(72.643)	(5.211)	(4.722)
Total	(269.952)	(552.362)	(17.978)	(15.838)

(1) Do montante de R\$17.319, R\$15.257 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$18.684, R\$9.062 refere-se aos funcionários adidos.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	1.805	1.872
Remuneração	1.394	1.494
Encargos Sociais	411	378
Benefícios Pós-emprego	149	125
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	149	125
Total	1.954	1.997

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$720.

Notas Explicativas

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração têm, em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de março de 2017:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	356
Ações Preferenciais	720
Total de Ações	1.076

NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24);
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); e
- Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banrisul, em 13 de março de 2017, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Notas Explicativas

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda

Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR

Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS

JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO

JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET

OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA

OSMAR PAULO VIECELI

RICARDO RICHINITI HINGEL

SUZANA FLORES COGO

Diretores

Conselho de Administração

LUIZ ANTÔNIO BINS

Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

Vice-Presidente

CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO

DILIO SERGIO PENEDO

FLÁVIO POMPERMAYER

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

JOÃO GABBARDO DOS REIS

JOÃO VERNER JUENEMANN

Conselheiros

WERNER KÖHLER

Contador CRCRS 38.534

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

GUIDANCE

As evoluções esperadas para o crédito, captação e indicadores de performance para 2017, divulgados na publicação do balanço anual de 2016, estão mantidas. As metas de negócios estão referenciadas na expectativa de melhora dos indicadores de atividade e de gradual redução do risco de crédito, conjuntura que deverá favorecer a convergência de taxas de crescimento do crédito e da captação, bem como de indicadores de provisionamento, para os intervalos esperados.

A evolução dos indicadores de margem sobre ativos rentáveis e de retorno sobre patrimônio líquido, bem como de eficiência, deverão confirmar as expectativas esperadas, refletindo a política de diversificação do crédito por cliente e a expansão das receitas com serviços e tarifas provenientes, em especial, dos negócios com cartões, aquisição, seguros, previdência e capitalização.

Perspectivas Banrisul	Ano 2017
	Projetado ⁽¹⁾
Carteira de Crédito Total	3% a 7%
Crédito Comercial Pessoa Física	5% a 9%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	-2% a 2%
Crédito Imobiliário	1% a 5%
Despesa de Provisão Crédito / Carteira de Crédito	4,5% a 5,5%
Saldo de Provisão / Carteira de Crédito	8,5% a 9,5%
Captação Total	10% a 14%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	9% a 12%
Índice de Eficiência	49% a 53%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	7,5% a 8,5%

(1) Divulgado no 4T16 e mantido no 1T17.

Porto Alegre, 15 de maio de 2017.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Atendendo ao disposto nas Práticas de Governança Corporativa Nível 1, apresentamos a seguir, a posição acionária atualizada.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA										
Companhia: Banco do Estado do Rio Grande do Sul					Posição em 04/05/2017 Em [Unidades] Ações					
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais (Classe A)		Ações Preferenciais (Classe B)		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO	204.199.859	99,58%	2.721.484	77,44%	26.086.957	13,02%	28.808.441	14,13%	233.008.300	56,97%
SKAGEN AS ⁽¹⁾					29.725.637	14,83%	29.725.637	14,57%	29.725.637	7,27%
LSV Asset Management 2					0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ações em Tesouraria										
Outros	857.623	0,42%	792.780	22,56%	144.590.137	72,15%	145.382.917	71,30%	146.240.540	35,76%
Total	205.057.482	100,00%	3.514.264	100,00%	200.402.731	100,00%	203.916.995	100,00%	408.974.477	100,00%

(1) Administradora de Fundos de Investimentos Mútuos - Noruega
Fundos: SKAGEN KON-TIKI VERDIPAPIRFOND, AKSJEFONDET SKAGEN GLOBAL, VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL II e VERDIPAPIRFONDET SKAGEN GLOBAL III

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO								Posição em 04/05/2017	
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe A (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe B (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%	
Controlador	204.199.859	99,58%	2.721.484	77,44%	26.086.957	13,02%	233.008.300	56,97%	
Administradores	56	0,00%	106	0,00%	514	0,00%	676	0,00%	
Conselho de Administração	1		16		100		117		
Diretoria	55		90		414		559		
Conselho Fiscal	300	0,00%	90	0,00%	100	0,00%	490	0,00%	
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
Outros Acionistas	857.267	0,42%	792.584	22,56%	174.315.160	86,98%	175.965.011	43,03%	
Total	205.057.482	100,00%	3.514.264	100,00%	200.402.731	100,00%	408.974.477	100,00%	
Ações em Circulação	857.567	0,42%	792.674	22,56%	174.315.260	86,98%	175.965.501	43,03%	

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO								Posição em 31/03/2016	
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe A (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe B (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%	
Controlador	204.199.859	99,58%	2.721.484	77,32%	26.086.957	13,02%	233.008.300	56,97%	
Administradores	55	0,00%	15	0,00%	100	0,00%	170	0,00%	
Conselho de Administração	1		0		100		101		
Diretoria	54		15		0		69		
Conselho Fiscal	100	0,00%	90	0,00%	100	0,00%	290	0,00%	
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
Outros Acionistas	852.191	0,42%	797.952	22,68%	174.315.574	86,98%	175.965.717	43,03%	
Total	205.052.205	100,00%	3.519.541	100,00%	200.402.731	100,00%	408.974.477	100,00%	
Ações em Circulação	852.291	0,42%	798.042	22,68%	174.315.674	86,98%	175.966.007	43,03%	

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banrisul é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banrisul, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as Demonstrações Financeiras apresentadas, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte Parecer: “Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e em atendimento ao contido no item 3.3.4. do Ofício Circular CVM/SEP nº. 002/2016, de 29 de fevereiro de 2016, analisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2017. Com base em suas análises e no Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das informações trimestrais, datado de 10 de maio de 2017, sem ressalvas, concluem não ter conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente mencionados não foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 11 de maio de 2017.

Claudio Morais Machado
Presidente

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Fernando Ferrari Filho
Conselheiro

Jorge Irani da Silva
Conselheiro

Massao Fábio Oya
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA Nº 8624

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 08 de maio de 2017, às 15h30min, na sala de reuniões da Diretoria, na Rua Capitão Montanha, 177, 4º andar, Porto Alegre/RS, CEP nº 90018-900, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foram examinados os seguintes assuntos, relacionados por origem:

GABINETE DA DIRETORIA

Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre/2017

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária Adjunta. Ass.: Luiz Gonzaga Veras Mota – Presidente, Irany de Oliveira Sant' Anna Junior – Vice-Presidente, Jorge Fernando Krug Santos, Júlio Francisco Gregory Brunet, Oberdan Celestino de Almeida, Osmar Paulo Vieceli, Ricardo Richiniti Hingel e Suzana Flores Cogo – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 8624, de 08-05-2017, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 11 de maio de 2017.

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA Nº 8626

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 10 de maio de 2017, às 09 horas, na sala de reuniões da Diretoria, na Rua Capitão Montanha, 177, 4º andar, Porto Alegre/RS, CEP nº 90018-900, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foram examinados os seguintes assuntos, relacionados por origem:

GABINETE DA DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária Adjunta. Ass.: Luiz Gonzaga Veras Mota – Presidente, Irany de Oliveira Sant' Anna Junior – Vice-Presidente, Jorge Fernando Krug Santos, Júlio Francisco Gregory Brunet, Oberdan Celestino de Almeida, Osmar Paulo Vieceli, Ricardo Richiniti Hingel e Suzana Flores Cogo – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 8626, de 10-05-2017, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 11 de maio de 2017.

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente